

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: outubro de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto É Dinheiro Rural

Índice

A luta pela terra: uma questão antiga – Luciana Franco – Globo Rural – outubro de 2009	4
Criação da Justiça Agrária pode resolver conflitos no campo – Sítio Eletrônico do MDA - 01/10/2009	7
Novo censo do campo comprova avanços e expõe velhas mazelas - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 01/10/2009	8
Blitz do governo enterra CPI do MST por falta de 3 assinaturas - Carol Pires – Estado de São Paulo – Nacional – 02/10/2009	11
Papel do campo – O Globo – Opinião – 02/10/2009	12
Governo evita criação de CPI do MST - Cristiane Jungblut – O Globo – O País – 02/10/2009	13
Ambientalistas, ruralistas e o pacto 'bom para todos' - Mauro Zanatta – Valor Econômico – agronegócios - 02/10/2009	13
TJ manda prender dois líderes sem-terra ligados ao PSOL - Eduardo Kattah – Estado de São Paulo – Nacional – 03/10/2009	14
Ruralistas e ambientalistas travam disputa de R\$71 bilhões - Renée Pereira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/10/2009	15
MST saqueia fazenda em SP e derruba 7 mil pés de laranja – Estado de São Paulo – Capa – 07/10/2009	16
MST destrói 7.000 pés de laranja da Cutrale - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional - 07/10/2009	17
Juiz manda MST desocupar fazenda invadida – Flávio Freire – O Globo – O País – 07/10/2009	17
Vandalismo reforça pedido de CPI – Marina Lima – O Globo – O País – 07/10/2009	18
Juiz determina que MST deixe fazenda da Cutrale em SP – Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios – 07/10/2009	19
Reforma agrária e democracia, ou melhor, reforma Agrária é democracia / entrevista com Carlos Walter Porto-Gonçalves – Sítio eletrônico da CPT – 08/10/2009	20
O País com medo dos sem-terra – Aloísio de Toledo César – Estado de São Paulo – Nacional – 08/10/2009	26
Vandalismo sem limites – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 08/10/2009	28
Ataque do MST a fazenda faz Cutrale perder R\$3 milhões – Estado de São Paulo – Capa – 08/10/2009	29
Depredação do MST na fazenda da Cutrale deixa prejuízo de R\$3mi – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 08/10/2009	29
Uma 'tsunami' na fazenda MST destrói tratores e instalações antes de desocupar plantação de laranja em SP – Flavio Freire – O Globo – O País – 08/10/2009	31
Líder do MST minimiza vandalismo e diz que ação foi um 'bem para a humanidade' – Letícia Lins – O Globo – O País – 08/10/2009	32
A quem interessa – O Globo – Opinião – 08/10/2009	33
MST desocupa fazenda da Cutrale – Fernando Lopes – Valor econômico – Agronegócio – 08/10/2009	34
Polícia deve pedir prisão de 7 sem-terra – Flavio Freire e Maria Lima – O Globo – O País – 09/10/2009	34

Lula classifica como ‘vandalismo’ ação do MST em fazenda da Cutrale - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Nacional – 10/10/2009	35
Presidente classifica ação do MST de vandalismo – Maria Lima e Luiza Damé – O Globo – O País – 10/10/2009	36
Alimentação e acesso à terra serão alvo de relator da ONU - Assis Moreira, - Valor Econômico – Agronegócios - 13/10/2009	37
Áreas do Terra Legal serão monitoradas - Sítio Eletrônico do MDA - 14/10/2009	38
Lábrea Legal marca novo modelo de legalização fundiária – Sítio Eletrônico do MDA - 14/10/2009	39
Disputa de modelos agrícolas – Jornal Brasil de Fato – Sítio Eletrônico do MST – 15/10/2009	40
Para relator da ONU, direito à alimentação passa por acesso a terra – Sítio eletrônico do MST – 15/10/2009	43
Qual é a questão agrária atual? – Guilherme Delgado – Sítio Eletrônico do MST – 16/10/2009	44
Professor pede distinção entre produtividade e produtivismo – Sítio Eletrônico do MST – 20/10/2009	47
"MST vai às ruas para garantir novos índices" – Sítio Eletrônico do MST – 20/10/2009	48
Terra Legal combate comércio irregular de terras públicas – Sítio Eletrônico do MDA - 21/10/2009	53
Terra Legal: mais recursos, balanço e anúncio de metas – Sítio Eletrônico do MDA - 22/10/2009	53
CPI do MST é criada para apurar repasses – O Globo – O País – 22/10/2009	54
CPI para investigar MST é criada no Congresso – Evandro Éboli – O Globo – O País – 22/10/2009	54
SAF/MDA promove curso sobre Pronaf Sustentável – Sítio Eletrônico do MDA - 22/10/2009	55
CPI para investigar repasses federais ao MST é instalada - Cristiane Agostine – Valor Econômico – Política - 22/10/2009	56
Censo comprova acerto da reforma agrária -	57
Artur Henrique – Sítio Eletrônico da Fetrafusul - 23/10/2009	57
Governo já tenta controlar CPI do MST – O Globo – Capa – 23/10/2009	60
O trator governista na CPI do MST – Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 23/10/2009	60
A propósito dos objetivos do MST - Marcello Averbug – O Globo – Opinião – 23/10/2009	61
Índice de produtividade terá solução técnica, diz Dilma - Vandson Lima – Valor Econômico – Política - 26/10/2009	62

A atualização do índice de produtividade rural, que será oficializada por meio de uma portaria interministerial, documento que deve conter a assinatura dos ministros da Agricultura e da Reforma Agrária, provoca grande polêmica no país. Isso porque o indicador mede a eficiência das lavouras brasileiras e serve de parâmetro para classificar as propriedades rurais improdutivas para fins de reforma agrária. De um lado, os agricultores temem perder suas terras para a reforma agrária, de outro, o MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é acusado de aumentar sua ingerência no campo brasileiro. O assunto é delicado. Para Reinhold Stephanes, pressionar o agricultor a manter altos índices de produtividade significa obrigá-lo a produzir em sua plena capacidade, como se o mercado fosse comprador eterno. Na avaliação de Guilherme Cassel, a terra tem de ser produtiva, a fim de preservar sua função social, que está acima do direito de propriedade. Nesta entrevista apresentamos o argumento de cada ministro, para que nossos leitores possam tirar suas conclusões sobre o tema.

É engenheiro civil, pós-graduado em recursos humanos. Assumiu o Ministério de Desenvolvimento Agrário em abril de 2006, onde atuou desde 2003 como secretário executivo

É economista. Assumiu o Ministério da Agricultura em março de 2007. Foi diretor do Incra -- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária na década de 70

Globo Rural: Para o senhor, quais são as dificuldades na atualização dos índices de produtividade com fins de reforma agrária?

Guilherme Cassel - Não deveria haver dificuldade, uma vez que a Lei Agrária determina que os índices sejam reajustados periodicamente. Essa questão é sobre o cumprimento da lei e seria civilizado que os índices fossem reajustados de maneira a garantir uma boa utilização da terra. Não é razoável que os índices passem tanto tempo sem reajuste.

Reinhold Stephanes - O momento torna a discussão imprópria e os critérios são inadequados. Estamos saindo de uma crise mundial, e os preços de muitos produtos agrícolas estão abaixo do custo, como algodão, milho e suínos. Além disso, a questão do endividamento dos produtores rurais não está totalmente concluída. Por isso, precisamos reestudar essa questão. Neste momento, porém, a discussão é política, emblemática e até mais ideológica que técnica.

Quais são os pontos favoráveis à criação de um novo índice?

Cassel - Significa cumprir a lei. Está claro na Constituição de diversos países que a terra tem de cumprir sua função social. A terra tem de ser produtiva, tem de produzir alimentos. Não se trata de um bem qualquer. O reajuste dos índices deve ser realizado com tranquilidade e responsabilidade, pois a função social da terra está acima do direito de propriedade.

Stephanes - É uma oportunidade para estabelecer um novo modelo que leve em conta às técnicas modernas de produção, não considerando apenas as características da agricultura tradicional, que se baseia no conceito de terra e trabalho. É preciso examinar a produtividade total dos fatores, incluindo os preços de mercado como indutores de uso de tecnologia e de sistemas de produção sustentáveis. Temos de avançar nessa nova

proposta, visando minimizar os efeitos do velho e arcaico índice de produtividade baseado unicamente no uso da terra.

O novo índice condiz com a realidade brasileira? Por quê?

Cassel - Condiz. Os produtores que usam o mínimo de tecnologia não têm nada a temer. Quem tem a perder é quem usa a terra para especulação. Os índices estão defasados, pois não sofrem reajuste há trinta anos, e os ajustes são baixos. Buscamos um ponto de equilíbrio minimamente superior, que possa ser alcançado pelo produtor sem grandes esforços.

Stephanes - As análises técnicas mostraram que o novo modelo diminui as injustiças, como no caso da pecuária e da cana-de-açúcar, além de tornar importante a influência do mercado no processo produtivo e a sustentabilidade da propriedade em longo prazo.

Os produtores temem ter de produzir mais para não ter suas terras desapropriadas e estão inseguros devido à crise internacional. Por outro lado, o MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra tem sido alvo de críticas devido ao fácil acesso que tem às verbas federais. Em virtude desse cenário, seria este o melhor momento para modificar o índice?

Cassel - O MST não tem acesso fácil às verbas federais. Quem deve 130 bilhões de reais aos cofres públicos é a agricultura. Eu acho que a função dos índices de produtividade é garantir o papel social da terra. A produtividade das terras agricultáveis interessa à toda a sociedade porque é a partir dela que se formam os preços dos alimentos. Caso os índices não sejam eficientes, há necessidade de importar alimentos, e isso afeta a vida de todos.

Stephanes - De fato, os reflexos da crise mundial atingiram o setor e ainda permanecem. Se uma propriedade não vende seus produtos por um preço suficiente para fazer face ao custo total, está fadada ao fracasso. E isso pode acontecer com mais frequência em momentos de instabilidade no mercado. Em relação ao MST, para as lideranças do setor produtivo, o problema está na influência do movimento no Incra. Segundo eles, isso gera intranquilidade quanto à isenção do instituto em análises do processo de escolha das áreas a ser desapropriadas.

O novo cálculo aumenta em 100% o índice atual de produtividade e vai variar de região para região e de cultura para cultura. Que impacto imediato essa mudança trará para a reforma agrária? E para a agricultura brasileira?

Cassel - São 554 microrregiões e 38 culturas. São poucas as culturas nas quais o índice deve dobrar. Na soja, por exemplo, em Sorriso (Mato Grosso), o índice vai saltar de 1.200 toneladas por hectare para 2.400 toneladas. Já em Santa Rosa (Rio Grande do Sul), permanece inalterado em 1.400 toneladas por hectare. Ainda no Rio Grande do Sul, o arroz irrigado de Uruguaiana terá o índice elevado de 3.400 toneladas por hectare para 5.600 toneladas por hectare, mas vale ressaltar que no ano passado a produtividade média na região foi de 8.321 toneladas. Alguns produtos necessitavam de um aumento de 300% ou 400%, mas, nesses casos, optamos por no máximo dobrar o índice. Há casos de queda, como o cacau na Bahia, cujo índice é 700 toneladas por hectare e o novo será de 300 toneladas. Em casos de anos com registro de seca, enchente ou grande incidência de pragas, o índice não será computado.

Stephanes - (O ministro não respondeu.)

Como o senhor interpreta o artigo 11 da lei Agrária número 8.629: 'Os índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados periodicamente de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional'?

Cassel - As pessoas têm dito que não é o momento para alterar os índices. Não é possível só cumprir a lei quando acharmos oportuno. O índice deve ser reajustado a cada dois anos, uma vez que se trata de um indicador mínimo de produtividade no campo. Acredito que isso deva ser feito de maneira tranquila, técnica, sem politicagem.

Stephanes - Acho natural para a época em que foram estruturados tanto os conceitos quanto a forma de mensuração. Havia o latifúndio improdutivo e faltava alimento para a população. Hoje, produzimos para mais de 190 milhões de consumidores e ainda geramos excedentes, que podem alimentar mais de 50 milhões de pessoas em 180 países com os quais mantemos comércio.

'Em sete anos, o governo Lula destinou 43 milhões de hectares à reforma agrária, 53% dos 80 milhões de hectares ocupados para esse fim'

'Produzimos para mais de 190 milhões de consumidores e ainda geramos excedentes, que podem alimentar mais de 50 milhões de pessoas em 180 países'

Por favor, cite alguns exemplos de como se deu a evolução dos índices de produtividade nas propriedades agrícolas nos últimos 10 anos. E nos assentamentos?

Cassel - Não é possível medir a produtividade dos assentamentos, pois a lei determina que somente nas propriedades acima de 15 módulos fiscais sejam medidos os índices de produtividade. Isso significa que apenas 2% de todos os imóveis rurais do Brasil são alvos de fiscalização. Das 4,5 milhões de propriedades existentes no país, só 102 mil somam áreas superiores a 15 módulos fiscais, que podem variar de tamanho dependendo da região. No Rio Grande do Sul, 15 módulos somam 30 hectares; já no Pará somam 120 hectares. Mas posso dizer que a produtividade dos assentamentos se equipara à produtividade média da região onde eles estão inseridos.

Stephanes - Os técnicos do Ministério da Agricultura realizaram levantamento da variação do número de famílias assentadas no estado do Pará - eram apenas 3.406 em 1994 e hoje somam 248.056, com significativo aumento a partir de 2004. Esses técnicos procuraram estabelecer uma correlação entre o crescimento do número de famílias assentadas e a produção de alimentos. O índice de produção por família tem reduzido expressivamente em culturas como soja, feijão, milho, arroz, mandioca e leite. Portanto, em que pese a importância do fator social para o assentado, esse processo apresenta desempenho da produção cada vez mais baixo e, certamente, seria reprovada por qualquer cálculo de índice de produção. Num período histórico de quase dez anos, a média de produção por propriedade está em um terço se comparada ao ano 2000.

É possível avançar na reforma agrária sem criar impasse com o agronegócio? Como?

Cassel - Essa polarização é falsa. A reforma agrária foi resolvida no século XIX em várias regiões do mundo. No Brasil a coisa está acontecendo tardiamente. Nesse aspecto o Brasil é arcaico, com registro de monocultura e trabalho escravo. É necessária uma estrutura fundiária mais racional e mais social, com relações de trabalho mais equilibradas. É preciso pensar se queremos o campo com ou sem gente. Eu quero o campo com gente.

Stephanes - Isso não é tão fácil assim, dada a complexidade do que chamamos agronegócio. Parece que forçam, nesse termo, um lado do bem e outro do mal. Considero essa uma falsa discussão. Todos os agricultores devem produzir e ter condições de obter uma renda que o inclua no mercado, estruture economicamente sua família e viabilize o progresso social.

A criação e implantação da Justiça Agrária como remédio jurídico capaz de solucionar conflitos agrários foi defendida por unanimidade, nesta quarta-feira (30), no workshop sobre reforma agrária, durante o I Encontro do Fórum Nacional para Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários Rurais e Urbanos, que aconteceu em Campo Grande (MS). A proposta sugerida por magistrados de diversos estados teve a adesão da procuradora geral do Incra, Gilda Diniz dos Santos, durante palestra sobre a implantação da reforma agrária no Brasil.

Um dos gargalos apontados pela procuradora para a implantação de assentamentos no País é a demora do judiciário em emitir pareceres sobre os processos de desapropriação. Segundo ela, existem mais de 180 processos esperando a decisão do judiciário. “Se aprovadas, essas novas áreas poderiam beneficiar 11 mil famílias”, afirmou Gilda.

Reconhecendo a morosidade da Justiça com as causas agrárias, o ministro chefe do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, anunciou, na noite anterior (29), como meta número um, a análise dos processos pendentes até 2005.

Para o gestor da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, Gersino José da Silva Filho, a implantação da Justiça Agrária deveria contemplar também a existência de defensorias agrárias, assim como polícia militar e civil agrárias, em âmbito federal e estadual.

Dados atestam evolução na reforma agrária

A procuradora do Incra apresentou um painel sobre a reforma agrária, com destaque para o período 2003 a 2009. Para Gilda, os números positivos apresentados em sua palestra, como a inclusão de mais de 500 mil novas famílias assentadas, 144 mil casas construídas e a elevação do investimento anual de R\$ 1,5 bilhões para R\$ 4,6 bilhões no período, são prova da preocupação do Governo Federal com a política de reforma agrária.

Segundo ela, a reforma agrária precisa evoluir ainda mais para alcançar o estágio demandado pelas famílias assentadas ou à espera de uma oportunidade para morar e produzir no campo.

As sugestões colhidas no workshop serão levadas ao Conselho Nacional de Justiça, ao Incra, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao Ministério do Planejamento, para que cada um, na sua área de atuação, possa promover as melhorias necessárias à redução dos conflitos agrários urbanos e rurais.

Desenvolvimento com maior participação social

A servidora da superintendência regional do Incra/MS, Ivanilda Mayor, defendeu a reforma agrária como política de inclusão social que dá certo. Ivanilda afirma que a qualidade dos assentamentos poderia melhorar se fosse ampliada a participação de profissionais da área social como assistentes sociais, pedagogos, psicólogos e cientistas sociais.

O representante quilombola, advogado José Roberto Camargo de Souza (Zezão), alertou para a existência de demandas agrárias no Mato Grosso do Sul. “Ontem mesmo houve tiros na comunidade quilombola Furnas do Dionísio”. Zezão sugeriu alterar o Decreto nº 433 para facilitar a aquisição terras para os quilombolas.

Já o ativista social Lázaro Bonifácio da Silva, caminhou a pé doze quilômetros para assistir o evento. Ele ressaltou a importância de criar mecanismos para que os segmentos sociais quilombola, indígena e assentados ampliem sua participação na busca por soluções que amenizem os conflitos no campo.

Novo censo do campo comprova avanços e expõe velhas mazelas - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 01/10/2009

Gasques: a terra, ainda de propriedade bastante concentrada, tem papel vital na formação do patrimônio dos produtores

O novo retrato da agropecuária brasileira, consolidado ontem pelo Censo Agropecuário 2006 do IBGE, mostra um setor rentável, dinâmico, usuário de tecnologia intensiva, de alta produtividade e com menos oportunidades de emprego. Também evidencia um setor composto por 5,17 milhões de propriedades, onde a terra, ainda de posse bastante concentrada em grandes áreas, tem o principal papel na formação do patrimônio dos produtores.

O novo censo, que atualiza o último levantamento feito em 1996, incorporou o inédito conceito de agricultura familiar, o que gerou críticas de dirigentes ruralistas em razão de uma eventual distorção sobre qual ramo do agronegócio (familiar ou empresarial) geraria mais benefícios ao país. Mas rendeu comemorações no Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Brasil agrário

Alguns resultados do Censo Agropecuário 2006

Estabelecimentos agropecuários

	Área (milhões de hectares)	Número total
1985	374,925	5.801.809
1995-1996	353,611	4.859.865
2006	329,941	5.175.489

Tamanho dos estabelecimentos

(milhões de hectares)

	1985	1995-1996	2006
Menos de 10 ha	9,987	7,882	7,799
De 10 ha a menos de 100 ha	69,565	62,694	62,893
De 100 a menos de 1.000 ha	131,433	123,542	112,696
1.000 ha ou mais	163,941	159,494	146,553
Total	374,924	353,611	329,941

Utilização da terra

(milhões de hectares)

	1985	1995-1996	2006
Lavouras permanentes	9,903	7,542	11,612
Lavouras temporárias	42,244	34,253	48,234
Pastagens naturais	105,094	78,048	57,316
Pastagens plantadas	74,094	99,652	101,437
Matas naturais	83,017	88,898	93,982
Matas plantadas	5,967	5,396	4,497

	Pessoal ocupado (milhões de pessoas)	Tratores no campo (unidades)	Rebanho bovino (milhões de cabeças)
1985	23,395	665.280	128,042
1995	17,931	803.742	153,058
2006	16,568	820.673	171,613

Ocupação do território

Em 2006 (milhões de hectares)

Estabelecimentos rurais	329,941
Outras ocupações	308,510
Terras indígenas	125,546
Unidades de conservação	72,100
Área com corpos d'água	11,455
Área urbanizada	2,074

Fonte: IBGE

A posse da terra, contudo, continua concentrada nas mãos de poucos proprietários. O índice de Gini, que mede a concentração da estrutura fundiária, piorou. Passou de 0,856 para 0,872 no país - quanto mais próximo de 1, mais desigual é a distribuição da posse.

O estudo mostra que estabelecimento menores de 10 hectares ocupam menos de 2,7% da área total nos três últimos censos, enquanto propriedades acima de 1 mil hectares concentram mais de 43% da área total. Embora essas grandes extensões

representassem 1% dos 5,17 milhões de estabelecimentos rurais, a concentração da terra caiu em 2.360 municípios do país. O setor rural ocupa 36,75% da área territorial do Brasil.

O valor total dos bens em mãos do setor rural atingiu R\$ 1,24 trilhão em 2006, mostra o IBGE. Quase 71% desse patrimônio estava imobilizado em terras. Instalações e benfeitorias (9,3%), animais (8%), máquinas (6,4%) e matas (2%) completavam os ativos dos produtores rurais. "A terra ainda é importantíssima para a formação do patrimônio rural", afirma o coordenador-geral de planejamento estratégico do Ministério da Agricultura, José Garcia Gasques.

Na ponta do investimento, o IBGE identificou um total de R\$ 21 bilhões em aplicações do setor, a maior parcela dedicada à aquisição de bens imóveis, terras, animais, máquinas e tratores, veículos novos e ampliação das áreas de pastagem.

O estudo de 775 páginas assinado pelo IBGE aponta, ainda, que as lavouras de soja e cana têm avançado sobre pastagens naturais, o que concentrou o valor total da produção no ramo vegetal (77%). Mas, nesses últimos dez anos, houve também um forte crescimento na criação do gado bovino, sobretudo em Estados da Amazônia, onde os preços da terra são mais baratos.

O rebanho chegou a 171,6 milhões de cabeças. Ao mesmo tempo, a agropecuária reduziu em 23 milhões a área ocupada, em boa medida cedida a novas unidades de conservação e terras indígenas. Em 2006, foram 330 milhões de hectares. Há dez anos, eram 353,6 milhões.

Esse novo instantâneo do IBGE evidencia, ainda, um nível de endividamento superior a 18% do valor da produção, sobretudo com instituições financeiras. No total, 1 milhão de estabelecimentos rurais deviam R\$ 26,8 bilhões em 2006. Os mais endividados estavam no Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Paraná e São Paulo.

No front do crédito, o levantamento oficial aponta que somente 18% dos produtores tiveram acesso a empréstimos bancários no período. E, para surpresa dos especialistas, 43% dos entrevistados - ou 2,2 milhões de propriedades - declararam "não precisar" de financiamentos para tocar suas atividades. Os motivos são falta de garantia pessoal, desconhecimento do processo, burocracia excessiva ou dificuldades em pagar financiamentos anteriores.

O retrato do IBGE, aguardado desde o ano passado pelo setor, mostra que 34% das despesas totais de R\$ 111,3 bilhões dos produtores estavam concentradas na aquisição de insumos (adubos, corretivos, sementes e agrotóxicos). Além disso, a pesquisa mostra que 9,5% das receitas totais das propriedades vêm de salários obtidos fora das fazendas ou de aposentadorias e pensões.

Em 2006, a rentabilidade da agropecuária brasileira foi, de acordo com analistas, de 18% do valor da produção. A renda líquida, resultado da subtração de despesas sobre o valor total da produção, atingiu R\$ 32,5 bilhões no ano da pesquisa.

O IBGE revela um crescimento de 88% na produção de soja, cultura de maior expansão na última década. Em 46,4% dos estabelecimentos os produtores optaram pelo plantio de sementes transgênicas. Na outra ponta, só 1,8% praticavam a agricultura orgânica - 42,5% desse total eram vinculados a associações, sindicatos ou a cooperativas. Na pesquisa, 6,3% dos estabelecimentos declararam usar a irrigação. Mais da metade dos estabelecimentos onde houve utilização de agrotóxicos não recebeu orientação técnica - 785 mil propriedades, ou 56,3% do total.

O minucioso levantamento do IBGE mostra algumas mazelas do setor. A grande maioria dos produtores entrevistados em 2006 eram analfabetos ou sabiam ler e escrever, mas não tinham frequentado a escola (39%) - 43% deles não possuíam o

ensino fundamental completo, totalizando mais de 80% de produtores rurais com baixa escolaridade.

Os dados revelam que 18,9% da população ocupada no país trabalhavam em estabelecimentos agropecuários - 77% dos ocupados tinham laços de parentesco com o produtor e 35,7% não sabiam ler e escrever. Em 2006, havia mais de 1 milhão de crianças com menos de 14 anos de idade trabalhando na agropecuária.

Blitz do governo enterra CPI do MST por falta de 3 assinaturas - Carol Pires – Estado de São Paulo – Nacional – 02/10/2009

Uma “operação de retirada”, comandada pelo Palácio do Planalto, desmontou a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar repasses de recursos públicos para o Movimento dos Sem-Terra (MST). A investigação foi enterrada porque faltou o apoio de três deputados. “Ficou claro na retirada de assinaturas a mão do governo”, disse o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO).

Para criação de CPI mista são necessários 27 endossos no Senado e 171 da Câmara. Na tarde de quarta-feira, o requerimento contava com 34 senadores e 192 deputados. Horas depois, após embarque e desembarque de parlamentares, ainda houve mais duas adesões no Senado, mas na Câmara sobraram apenas 168 assinaturas válidas – 3 a menos do que o mínimo exigido. No total, 42 deputados deixaram de apoiar o pedido de CPI, incluindo 17 peemedebistas e até dois da bancada ruralista, Enio Bacci (PDT-RS) e Nelson Marquezelli (PTB-SP). A oposição, apesar de coletar novas assinaturas, não conseguiu impedir o arquivamento.

QUESTÃO ELEITORAL

“Há algumas semanas o tom dos líderes ruralistas foi contaminado pela questão eleitoral, pela radicalização, e por isso a CPI perdeu apoio dentro do Parlamento”, disse o vice-líder do PMDB, Rocha Loures (PR), um dos deputados que retiraram a assinatura do requerimento.

Caiado acusou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, de participar da operação por estar “envolvido até ao pescoço” nas irregularidades.

“Essa investigação inquieta o governo, porque não é só envolvimento ilegal com o MST, existe o envolvimento direto de um ministro, filiado ao PT, que trabalha como *office boy* do João Pedro Stédile”, afirmou, referindo-se a um dos principais líderes dos sem-terra.

O pedido da CPI do MST foi protocolado por Caiado, pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO) e pelo deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS). O objetivo era apurar informações – publicadas pelo **Estado** e outros órgãos de imprensa – de que o movimento recebe e aplica, irregularmente, verbas do governo.

Segundo a revista *Veja*, do último lote de repasses – somando R\$60 milhões – para o MST, cerca de R\$ 40 milhões foram enviados pela União.

Essa foi a segunda tentativa da bancada ruralista de investigar o dinheiro destinado aos sem-terra. Em 2005, a CPI da Terra identificou repasse de R\$ 18 milhões da União para convênios firmados com cooperativas ligadas ao MST e recomendou o enquadramento de ocupação de terra como “ato terrorista”.

MANIFESTO

Nasemanapassada,umgrupo de 60 intelectuais, políticos, juristas, representantes daIgrejaesindicalistasdivulgou manifesto, criticando a bancada ruralista e defendendo a atualização dos índicesdeprodutividadenocampo.

“Esse movimento paga diariamente com suor e sangue por sua ousadia de questionarumdospilaresdadesigualdade social no Brasil: o monopóliodaterra”,dizodocumento. O grupo chegou a ser recebido pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP) nesta semana.

OMST também criticou a intenção dos parlamentares de investigar a agremiação. “Apesar disso, resistimos e vamoscontinuaaorganizar os trabalhadores pobres do campopara a luta pela reformaagrária, umnovo modelo agrícola, direitos sociais e transformações estruturais que criem condições para o desenvolvimento nacional comjustiça social”, dizanota divulgada à imprensa.

Na próxima terça-feira, a bancada do DEM se reunirá para decidir se vai insistir nas investigações. Para uma novatentativaéprecisorecolheronúmerodeassinaturas exigido pelo regimentoe reaperentar o requerimento

Papel do campo – O Globo – Opinião – 02/10/2009

A monocultura caracterizou a economia brasileira desde os primórdios da colonização. Primeiro a cana-de-açúcar, depois o algodão e o café, principalmente, sustentaram por muitas décadas a economia do país. A geração dessa riqueza foi também a base da urbanização e do processo de industrialização que ocorreu ao longo do século XX. Em face dessa transformação, o Brasil deixou de ser rural a partir dos anos 50 e hoje tem mais da metade da sua população vivendo em cidades grandes e no seu entorno.

A atividade agrícola não é mais separada das demais. O conceito de setor primário se desatualizou em face da formação de cadeias produtivas que integram a agropecuária à indústria e aos serviços. O conceito do agronegócio talvez defina melhor esse tipo de atividade econômica que une campo e cidade.

Assim, além dos produtos tradicionais, como açúcar, algodão e café, o Brasil se destaca na soja, no milho, na produção de biocombustíveis (etanol e biodiesel), no processamento de carnes, no suco de laranja, na celulose, etc. Além de grãos, o agronegócio tem proporcionado aos brasileiros (e também a consumidores no exterior) uma alimentação saudável, com produtos que chegam quase sempre frescos à mesa.

Nesse sentido, o agronegócio combina a exploração de grandes extensões de terras com a produção de hortigranjeiros proveniente de pequenas e médias propriedades familiares.

O último censo agropecuário do IBGE, com dados de 2006, confirmou essa evolução. Há mais investimentos em mecanização e tecnologia, o que leva a produção a aumentar mais pelos ganhos de produtividade do que pela área cultivada, o que é importante para se conciliar atividade econômica com preservação ambiental.

Por outro lado, é inevitável que essa estrutura de produção ocasione uma concentração de propriedades nas regiões de culturas extensivas em capital, com menos utilização de mão de obra. É, portanto, ilusória a leitura da questão agrícola por meio do coeficiente de Gini.

É um fenômeno negativo para o país? A julgar pelos resultados proporcionados pelo agronegócio — tem sido o maior responsável pelo superávit comercial — e pela fartura de alimentos oferecida aos centros urbanos — fiador de inflações baixas —, a

resposta é que o modelo vem dando certo.

Não por acaso, a sociedade brasileira deixou de ficar cultuando ilusões em relação aos movimentos que pregam a distribuição de terras como saída para todos os nossos problemas. A reforma agrária só faz sentido se inserida nessa cadeia produtiva.

Governo evita criação de CPI do MST - Cristiane Jungblut – O Globo – O País – 02/10/2009

Pressionados, deputados da base, inclusive ruralistas, retiram assinaturas

BRASÍLIA. Por mobilização do governo, deputados da base aliada retiraram assinaturas e inviabilizaram a criação da CPI Mista do MST, destinada a apurar irregularidades no repasse de recursos públicos a entidades ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST). Depois de uma guerra entre pedidos de inclusão e retiradas de assinaturas, houve 15 desistências e faltaram três assinaturas de deputados para a instalação da CPI.

O requerimento ficou, no final, com as assinaturas de 36 senadores, sendo que no Senado são necessárias pelo menos 27.

Na Câmara é preciso pelo menos 171, e só houve 168 assinaturas de deputados. O governo pressionou parlamentares do PMDB e do PTB, por exemplo.

Organizadora da proposta de CPI, a senadora da Kátia Abreu (DEM-TO) ficou indignada com a retirada de assinaturas dos deputados, inclusive de integrantes da bancada ruralista. Ela disse que analisará com os colegas a estratégia a ser adotada, se um novo pedido de CPI Mista ou uma CPI apenas no Senado.

— O que aconteceu é a comprovação do terror que está no Incra e no governo, como são lenientes com repasse de dinheiro para ONGs, cooperativas de fachada para o MST. Vamos achar outro instrumento. É inacreditável, inconcebível um parlamentar de qualquer país desenvolvido retirar a assinatura depois de dar. É uma desonra, um vexame — disse Kátia Abreu.

Irritada, a senadora, presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), se disse surpresa com algumas retiradas de assinaturas, citando nomes como Enio Bacci (PDT-RS), Celso Maldaner (PMDB-SC), Odilio Balbinotti (PMDB-PR) e até do deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), da bancada ruralista.

Marquezelli disse que retirou o apoio a pedido do ex-ministro das Relações Institucionais José Múcio. O argumento do governo foi o de que não seria bom mexer nesse assunto agora. O deputado disse que apoiaria um novo pedido, mas reclamou que na Câmara faltou articulação: — Fui solidário ao Múcio. O nome de Múcio estava para ser votado no Senado, e o PTB achou melhor retirar.

Ambientalistas, ruralistas e o pacto 'bom para todos' - Mauro Zanatta – Valor Econômico – agronegócios - 02/10/2009

Um acordo político de bastidor deve garantir a instalação da comissão especial de revisão do Código Florestal Brasileiro na Câmara, ameaçada de ficar paralisada por um confronto aberto entre as bancadas ruralista e ambientalista.

Ex-presidente da Câmara e ex-ministro das Relações Institucionais, o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) deve ser eleito relator do projeto de lei que servirá de base para a mudança das regras ambientais do país. "Fizemos um acordo que ficou bom para

todos", informa o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), que deve ser eleito presidente da comissão especial.

Membro da base do governo no Congresso, o deputado Homero Pereira (PR-MT) desistiu da relatoria: "Abri mão para não carimbar a comissão como ruralista. Quero construir, e não manter essa tensão", diz.

Na terça-feira, as divergências entre os deputados quase terminou em agressão. Houve xingamentos, ameaças e confusão porque ambientalistas acusaram ruralistas de uma manobra regimental que daria o controle total da comissão aos parlamentares ligados ao agronegócio. A sessão de instalação da comissão foi suspensa por causa do tumulto.

A comissão especial analisará os termos de quase 400 projetos de lei em tramitação na Câmara para tentar uma proposta única de alteração nas leis ambientais. A questão foi transformada em bandeira eleitoral porque um decreto presidencial fixou o dia 11 de dezembro como prazo final para a adequação de todas as 5,17 milhões de propriedades rurais do país ao atual Código Florestal. Sob pretexto de proteção dos direitos adquiridos, os ruralistas defendem regras mais suaves ao campo. As principais são delegar as leis ambientais aos Estados, liberar topos de morro e várzeas ao plantio, permitir a soma de reservas legais às áreas de preservação permanente (APPs); isentar áreas da obrigação de manter reserva legal, permitir a compensação florestal em regiões fora da bacia hidrográfica da derrubada original, além de perdoar multas e sanções por irregularidades passadas.

TJ manda prender dois líderes sem-terra ligados ao PSOL - Eduardo Kattah – Estado de São Paulo – Nacional – 03/10/2009

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) confirmou ontem a condenação de dirigentes do Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), que também integram o diretório mineiro do PSOL, por crimes ao longo do processo de desapropriação da Fazenda Tangará, em Uberlândia, no final dos anos 1990.

No julgamento da apelação penal, o TJ condenou, no dia 22, João Batista da Fonseca, presidente do PSOL-MG, e Vanduíz Evaristo Cabral, da Executiva Estadual, a cinco anos e seis meses de prisão.

Eles foram denunciados pelo Ministério Público Estadual, em 2001, por roubo de crimes contra o patrimônio, com agravante de violência ou ameaça ser exercida com emprego de arma e concurso de duas ou mais pessoas.

Pertencente à Companhia de Integração Florestal (CIF), a fazenda foi invadida pela primeira vez em 1999, por 700 famílias do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST). Após o despejo, a área de 5.090 hectares foi reocupada em 2000, dando início a intenso conflito, que envolveu autoridades judiciárias e o governo estadual, na época chefiado por Itamar Franco.

Os atuais dirigentes do MTL deixaram o MLST e fundaram o movimento dissidente em 2001. Ao **Estado**, o líder sem-terra e presidente do PSOL-MG negou as acusações e disse que os advogados do movimento aguardam a publicação do acórdão, prevista para segunda-feira, para entrar com um novo recurso no TJ.

“É uma condenação política, mais um ato de criminalização dos movimentos sociais para barrar, frear a reforma agrária”, afirmou.

“Não foi nada roubado, furtado.

Eu estava envolvido num conflito social.”

O MTL informou que, em outro processo, julgado em primeira instância, João Batista e outros coordenadores do movimento – Dim Cabral e Marilda Ribeiro – foram também condenados por extorsão, incitação ao crime e formação de quadrilha.

Ruralistas e ambientalistas travam disputa de R\$71 bilhões - Renée Pereira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/10/2009

As novas determinações do Código Florestal Brasileiro criaram uma verdadeira batalha entre ruralistas e ambientalistas.

O foco da discórdia é a implementação da reserva legal de preservação, que poderá implicar redução da produtividade do País. Pelos cálculos da ala mais radical do agronegócio, a medida significará corte de, no mínimo, R\$71 bilhões da produção nacional, ou 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Em São Paulo, o caso já alcançou proporções elevadas, com o embargo de colheita e ações civis públicas para redução da área plantada e formação de reserva.

De acordo com a lei, até 11 de dezembro todas as propriedades rurais devem registrar as áreas destinadas à reserva legal, que varia de 20% a 80% da propriedade, dependendo da região. Isso sem considerar as chamadas Áreas de Preservação Permanente (APPs), que proíbem plantação em margens de rios, encostas, topo de morro e várzeas, entre outros.

As duas figuras não são novidades dentro do Código Florestal, criado em 1965 e modificado, pelo menos, 60 vezes nas últimas décadas. Numa dessas mudanças, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, criou-se um novo texto para definir reserva legal, que impõe ao proprietário não só a manutenção como a recuperação de áreas desmatadas no passado. Em 2008, o ministro de Meio Ambiente, Carlos Minc, completou a legislação ao impor penalidades aos proprietários.

Segundo a advogada em direito ambiental Renata Laborne, da Azevedo Sette Advogados, a partir de dezembro, quem não se enquadrar nas regras estará sujeito a multas que variam de R\$ 50 a R\$ 500 por dia por hectare. A medida provocou uma corrida desesperada para tentar mudar a lei. Dezenas de projetos estão sendo encaminhados ao Congresso, com alternativas mais flexíveis para a criação da área de preservação e recuperação ambiental.

Uma delas seria considerar as APPs como reserva legal, o que evitaria uma série de prejuízos. “Em alguns casos, a soma de APPs de reserva legal pode significar mais de 50% da propriedade”, afirma o professor da Universidade de São Paulo (USP) Samuel Giordano, doutor em Geografia Econômica.

A informação é confirmada pelos produtores de café de Minas Gerais, de arroz do Rio Grande do Sul e de maçã de Santa Catarina. Isso porque boa parte das plantações dessas culturas está em locais considerados de preservação permanente.

“Essas áreas estão sendo ocupadas há vários anos e, no passado, sua ocupação foi estimulada. Se não houver uma mudança, a medida poderá condenar pequenos sítios e a agricultura familiar”, destacou o presidente do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CeCafé), Guilherme Braga.

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, é mais incisivo:

“A soma de áreas destinadas a reserva legal e APPs vai afetar mais de 1 milhão de pequenos e médios produtores, que deixarão de ter capacidade econômica”. Segundo ele, o Estado do Paraná, por exemplo, teria de transformar 4 milhões de hectares plantados em floresta e perder 15 milhões de toneladas de produção.

No caso da plantação de cana-de-açúcar em São Paulo, seriam necessários 3,7 milhões de hectares. “Mas, mesmo usando todas as áreas disponíveis, haveria um déficit de 1 milhão de hectares. Ou seja, teríamos de reduzir a área plantada”, afirma o presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Marcos Jank. Nas contas dele, isso significaria perder R\$7,2 bilhões de receita proveniente da cana no Estado.

Jank é defensor da compensação em outros biomas forado Estado. De acordo com ele, hoje o proprietário pode comprar outro terreno para fazer a sua reserva legal, desde que seja na mesma microbacia hidrográfica.

Em último caso, o órgão ambiental estadual pode definir outra área dentro do Estado. “Estamos dispostos a aceitar o zoneamento da cana-de-açúcar no Brasil e não fazer nenhuma expansão com desmatamento, mas sem reduzir as áreas plantadas.”

No Ministério de Meio Ambiente, no entanto, não há nenhum movimento no sentido de mudar as regras do jogo. Segundo o diretor do Departamento de Áreas Protegidas, João de Deus Medeiros, a ausência de áreas para compensação dentro do Estado é um sinal de que há algum desequilíbrio no local.

Portanto, se for preciso arrancar plantações para recompor florestas, isso será feito. O executivo afirma, porém, que os produtores estão “pregando o terrorismo e assustando pequenos proprietários”.

No caso das APPs, por exemplo, ele cita o Estado de Santa Catarina, que teria apenas 1% da área afetada. Mas dentro desse percentual há uma série de pessoas que sobrevivem da agricultura, pondera o presidente da Associação de Produtores de Maçã e Pêra de Santa Catarina (Amapi), Antônio Carlos Anselmo. “Em São Joaquim, onde há produção de maçã, a medida comprometeria de forma decisiva o futuro da atividade.”

Diante de todos os problemas, a senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), propõe a atualização do Código Florestal de forma a legalizar todas as áreas de produção de alimentos no País e corrigir erros cometidos em áreas ciliares (margens de rios e mananciais) com legislações estaduais.

Essa proposta está para ser votada no Congresso. Não adianta falar em meio ambiente sem falar em alimentos.”

MST saqueia fazenda em SP e derruba 7 mil pés de laranja – Estado de São Paulo – Capa – 07/10/2009

Integrantes do MST são acusados de roubar laranja e equipamentos da Fazenda Santo Henrique, da Cutrale, em Borebi (SP). Os militantes, que invadiram a área em setembro, usaram tratores da empresa para destruir 7 mil pés de laranja. A Cutrale obteve liminar de reintegração de posse.

MST destrói 7.000 pés de laranja da Cutrale - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional - 07/10/2009

Integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) são acusados de saquear a Fazenda Santo Henrique, do grupo Cutrale, invadida desde 28 de setembro.

Área fica em Borebi, região de Bauru, a 320 quilômetros de São Paulo. Um caminhão-baú transportando 12 caixas de laranja a granel, máquinas, ferramentas e uniformes subtraídos da propriedade foi apreendido na madrugada de ontem no km 248 da Rodovia Castelo Branco.

Os dois acusados, José Alves de Lima Neto, de 52 anos, e Ivanildo Cosmo de Oliveira, de 49, contaram ao delegado José Cardoso de Oliveira que pegaram as frutas porque elas iriam apodrecer.

Foram presos em flagrante por furto qualificado.

Os 350 militantes tomaram a casa-sede, escritórios e instalações.

Eles usaram tratores da empresa para destruir 7 mil pés de laranja, segundo a Polícia Militar, que filmou a ação de um helicóptero. Os colonos foram expulsos e as casas, invadidas.

Os imóveis estão pichados.

A Cutrale conseguiu liminar de reintegração de posse para desocupação em 24 horas. Segundo Márcio Santos, da coordenação estadual do MST, a área pertence à União. “Trocamos laranja, que vai para o exterior, por alimento para acampados.”

A Cutrale informou que tem a posse legal das terras e a fazenda é produtiva.

BALANÇO

O MST mantém outras sete fazendas invadidas no interior de São Paulo, para pressionar pela reforma agrária no Estado. Algumas foram ocupadas por dissidentes, com apoio de sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Despejados da Fazenda Ponte Alta, em Agudos, 60 militantes do MST invadiram outra área próxima dali. Cerca de 170 sem-terra acamparam na Fazenda Boa Vista, em Itapetininga, região de Sorocaba. Também ali, desde 29 de setembro, está invadida a fazenda da Escola Técnica Prof. Edson Galvão.

Em Dracena, na Alta Paulista, há cerca de 70 militantes na Fazenda Santo Antônio. Em Arco Íris, na região de Araçatuba, foi invadida a Fazenda Santa Clara. As duas áreas estão tomadas por dissidentes ligados a José Rainha Júnior.

Outro grupo, apoiado pela CUT, invadiu o Sítio Santa Marina, de apenas 31 hectares, em Pederneiras, a 320 quilômetros da capital.

DEVEDOR

Em São Joaquim do Monte, agreste pernambucano, o MST ocupou ontem a Fazenda Camaragibe, de um empresário que teve prisão decretada por sonegação de impostos, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

Juiz manda MST desocupar fazenda invadida – Flávio Freire – O Globo – O País – 07/10/2009

Sem-terra ameaçam derrubar mais pés de laranja da propriedade; Incra e ministro criticam ação do movimento

SÃO PAULO. O juiz da 2ª Vara de Lençóis Paulista, Márcio Ramos dos Santos, determinou que 300 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desocupassem ontem a fazenda Santo Henrique, em Borebi, no interior de São

Paulo. Nos últimos dias, sem-terra destruíram parte do plantio de laranja naquela área, administrada pela Cutrale. O MST arrancou, com tratores, pelo menos sete mil pés de laranja.

Em 2006, a Cutrale foi a maior doadora da campanha à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para a qual doou R\$ 4 milhões, segundo o site Contas Abertas.

“Foi uma ação grotesca”, diz ministro

Em sua decisão, o juiz determinou que o MST seja multado diariamente em R\$ 500, por invasor, se não deixar o local.

Santos ainda deu reintegração de posse à empresa, que disputa na Justiça a posse da fazenda com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, condenou a ação do MST: — Foi uma ação grotesca, injustificada. Não tem nada a ver com reforma agrária — disse Cassel.

A ação do MST também foi criticada pelo presidente do Incra, Rolf Hackbart: — Estou indignado com o que o MST fez na fazenda. Isso não contribui para resolver conflitos e muito menos colabora para o processo de reforma agrária no país.

O MST já anunciou que não pretende desocupar a propriedade, que há anos é alvo de imbróglio jurídico. “Como forma de legitimar a grilagem, a Cutrale realizou irregularmente o plantio de laranja em terras da União. A produtividade da área não pode esconder que a Cutrale grilou terras públicas, que estão sendo utilizadas de forma ilegal, sendo que, neste caso, a laranja é o símbolo da irregularidade. A derrubada dos pés de laranja pretende questionar a grilagem de terras públicas”, diz nota divulgada pelo MST.

Incra alega que empresa ocupa terras da União

No último dia 29, a Justiça havia concedido reintegração de posse à Cutrale, mas o Incra entrou com uma petição na Justiça Federal contra a decisão, alegando que a fazenda de 40 mil hectares ocupa terras em quatro cidades e pertenceria à União.

O juiz de Lençóis Paulistas, no entanto, retomou uma sentença dada a favor da Cutrale, em 1996, quando a área foi cedida à empresa. Ontem, ele entendeu que poderia decidir o caso porque estavam em análise questões relativas à reintegração de posse, e não sobre quem seria de fato o dono da área.

O MST ameaçou derrubar mais pés de laranja para o plantio de outras culturas.

— Por enquanto, a gente plantou feijão, mas estamos querendo plantar milho e arroz — disse Antônio dos Santos, um dos integrantes do movimento.

A Cutrale é responsável pela plantação de um milhão de pés de laranja. A empresa é uma das maiores exportadoras de suco da fruta. Em nota, a empresa informou que é produtiva, gera empregos e que famílias de funcionários “foram expulsas de forma ameaçadora e intimidatória pelos invasores”.

Vandalismo reforça pedido de CPI – Marina Lima – O Globo – O País – 07/10/2009

Parlamentares pedem que governo acabe com 'ato grotesco de terrorismo' BRASÍLIA. A imagem de um trator do MST destruindo pés de laranjas carregados da fazenda da Cutrale, em São Paulo — apenas quatro dias após o governo enterrar no Congresso a CPI que iria investigar repasses de recursos para a entidade — causou a reação indignada de parlamentares.

Ontem, foi iniciada a coleta de assinaturas para a criação, agora, da CPI mista do Campo, que vai abranger também o programa de reforma agrária.

Os senadores se disseram assustados e pediram imediata providência das autoridades para acabar com o que chamaram de ato grotesco de terrorismo.

O senador Marconi Perillo (PSDB-GO) pediu agilidade na apreciação de projeto de sua autoria que muda o Código Penal, para que o MST possa responder por crime de “esbulho possessório”, com pena de um a dois anos de prisão e multa. Hoje, a pena é de seis meses de detenção.

O movimento não é responsabilizado e continua recebendo repasses da União por meio de cooperativas e ONGs.

O debate começou cedo, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Apenas com o voto contrário do senador Sadi Cassol (PT-TO), a comissão aprovou relatório da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), em caráter terminativo, que torna menos rigorosas exigências de produtividade para que uma propriedade não seja desapropriada para reforma agrária.

Kátia, que preside a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), acha que agora será muito mais fácil instalar a CPI: — O que fizeram foi uma afronta ao Congresso e à sociedade, porque viram que têm costas quentes.

Senadores e líderes do governo silenciaram. Só o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em discurso em defesa do MST, condenou a ação na Cutrale.

Juiz determina que MST deixe fazenda da Cutrale em SP – Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios – 07/10/2009

O juiz Mario Ramos dos Santos, da 2ª Vara da Comarca de Lençóis Paulistas, em São Paulo, determinou ontem que cerca de 250 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) desocupem uma fazenda da Cutrale no município de Borebi na qual estão acampadas desde o último dia 28 de setembro.

Segundo o MST, a fazenda, que o movimento chama de "Capim" - segundo a empresa, é "Santo Henrique" o nome da propriedade -, ocupa uma área de 2,7 mil hectares e faz parte do "Núcleo Monções", um complexo de 30 mil hectares dividido em diversas fazendas e de posse legal da União.

A Cutrale refutou a acusação na Justiça - que acatou os argumentos da empresa - e informou, em nota, que sua expectativa é retomar as atividades na fazenda, onde emprega cerca de 300 funcionários, o mais rapidamente possível. A Cutrale é a maior indústria exportadora de suco de laranja do Brasil e do mundo, e conta com algumas fazendas próprias para o plantio da fruta no Estado de São Paulo.

Como a base para a ocupação do MST foi a posse da terra, cabe recurso e a disputa poderá ter continuidade na Justiça Federal.

Mas o juiz de 2ª Vara da Comarca de Lençóis Paulistas, em decisão, afirma que "não se vislumbra a existência de qualquer espécie de interesse juridicamente fundamento para que os autos sejam remetidos à Justiça Federal". Segundo ele, "a alegação de que o imóvel em litígio será destinado à programa de reforma agrária não é suficiente para se concluir pela sua legitimidade da presente ação".

Reforma agrária e democracia, ou melhor, reforma Agrária é democracia / entrevista com Carlos Walter Porto-Gonçalves – Sítio eletrônico da CPT – 08/10/2009

SDCPT – como surgiu o seu interesse em pesquisar os conflitos no campo no Brasil?

Carlos Walter - Em um determinado momento de minha trajetória de professor, pesquisador, nos anos 80, eu me dei conta que conhecia razoavelmente aquilo que o Marx chama “a lógica do capital”. Naquele período, explodia no Brasil inteiro a luta dos movimentos sociais e eu percebia que as categorias que eu tinha, e que me explicavam a lógica do capital, não me ajudavam a entender porque surgiam todos esses movimentos.

Então, neste período, começo a me interessa e a me debruçar sobre a lógica dos que resistem ao capital mais do que tentar entender somente a lógica do capital. É quando passo a me dedicar inteiramente ao estudo da geografia de movimentos sociais. E acabo desenvolvendo toda uma teoria geográfica, no qual o conceito de conflito acaba sendo um elemento extremamente importante para a análise, para a compreensão da sociedade, porque o conflito mostra como a contradição se apresenta, na prática, na sociedade. O conflito é a maneira concreta como os agentes estão protagonizando as contradições e não só a contradição capital X trabalho. Enfim passo a entender o conflito como contradição em estado prático.

SDCPT - Muitos países já realizaram a Reforma Agrária, seja pela Via Cepalina, seja pela revolucionária ou capitalista. Historicamente, no Brasil, a Reforma Agrária não aconteceu por nenhuma das vias. Quais são os elementos que impedem o avanço da pauta e a realização da Reforma Agrária no país?

Carlos Walter - A formação do Brasil é caracterizada por uma estrutura muito própria. A concentração fundiária está associada à própria forma como o estado se organizou no país. O estado Português, então dono do território brasileiro, concedia Sesmarias aos amigos do Rei. Desde o início temos um processo cruel de formação da sociedade brasileira, e que vai ter a sua expressão na própria formação do território brasileiro, que é essa mancomunação entre as oligarquias e as próprias estruturas do poder. O estado português fazia a concessão da terra e investia os sesmeiros da prerrogativa de que ele [o sesmeiro], ao afirmar produtivamente sua sesmaria, afirmava também o controle social da metrópole portuguesa sobre o território de além-mar. Assim, havia um objetivo político – o controle territorial – comandando a concessão das sesmarias. O sucesso econômico da sesmaria cumpria, assim, um objetivo político de controle territorial. Assim, o sesmeiro latifundiário era, desde o início, um herói da conquista e, para isso matar e desmatar foram seus instrumentos de controle territorial contra os índios e depois contra todos que não fossem fidalgos (palavra que deriva de filhos d’alguém). Deste modo se gerou essa oligarquia truculenta e violenta que até hoje vem comandando o nosso país. O Brasil conforma uma sociedade onde a estrutura de poder das oligarquias está extremamente ligada à estrutura de poder do estado. E, desde o início, a estrutura montada para a acumulação do capital está diretamente ligada à terra. À época colonial o Brasil já exportava a principal manufatura que circulava no mercado mundial: o açúcar. Ao contrário do que nos ensinaram nas escolas, o Brasil (assim como Cuba e Haiti) não exportava matérias primas e, sim, o açúcar que era um

produto manufaturado nos engenhos. Nossas oligarquias sempre foram modernas. A ideologia da modernização no Brasil “bem vale uma missa”, parodio Marx. Enfim, por tudo isso a luta pela Reforma Agrária no Brasil acaba sendo uma luta anti-capitalista, uma luta que confronta o capital. Por isso tanta dificuldade de fazer a Reforma Agrária no Brasil.

É possível verificar essa violência histórica analisando os dados que a CPT colige todo ano. Por exemplo, no primeiro ano do governo Lula, em 2003, os índices de violência no campo aumentaram enormemente no Brasil. Os índices são comparáveis ao período da constituinte no final dos anos oitenta, quando a União Democrática Ruralista (UDR) atingiu seu auge. Naquele ano de 2003 foram 72 assassinatos no país. Só no Pará foram 33. As oligarquias partiram para ofensiva, para a violência – seja pela milícia privada, seja pelo poder judiciário - temendo que Lula fizesse a Reforma Agrária. A violência naquele ano foi fruto da reação das oligarquias diante de um contexto que ela achava que seria favorável à Reforma Agrária. No período de debate da Constituinte, no final dos anos oitenta, as elites partiram para violência no país inteiro porque achavam que se mexeria na estrutura da terra. Enfim, nos anos em que a sociedade brasileira ousou ser mais democrática, foram anos de maior violência no campo. Como Lula aderiu ao projeto agrário-financeiro das Oligarquias, a violência diminuiu nos anos seguintes. Ou seja, quem provoca a violência no Brasil não são os camponeses, não são os trabalhadores, é sempre uma violência protagonizada pelas oligarquias. Hoje, em pleno 2009, vivenciamos a mesma truculência de 500 anos atrás. Essa estrutura de poder profundamente desigual tem como base a concentração da propriedade da terra. Esclareçamos para evitar dúvidas que não existe latifúndio improdutivo, pois todo latifúndio é produtivo: é produtivos de injustiça, de desigualdade, e sempre estrutura uma sociedade não-democrática pela concentração de poder. Os agronegociantes de hoje reafirmam esse caráter moderno e antidemocrático de 500 anos com seus latifúndios produtivos de grãos e violência como os de ontem produziram igualmente muita cana e injustiça. A naturalidade com que a sociedade brasileira aceita esse agronegociantes advém dessa mesma naturalidade com que há 500 anos somos modernos, injustos e violentos.

SDCPT – Como você avalia hoje a atuação do governo diante da Reforma Agrária?

Carlos Walter – Conversando com as pessoas que compõem o próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Incra, elas dizem abertamente que o governo abandonou completamente a Reforma Agrária, e que está vivendo de apagar incêndio. Não precisa nem ser uma análise de alguém crítico ao governo. No Brasil, onde há mais demanda de terras é no Sudeste e Nordeste, entretanto, a maior parte dos assentamentos está na Amazônia. Há um descolamento entre a área onde há demanda de terra e onde o governo distribui a terra. Não há uma política de Reforma Agrária, no máximo, há uma política de colonização, o que acaba sendo o contrário da Reforma Agrária. E o Lula recebeu uma votação significativa inclusive porque construiu sua trajetória política defendendo a Reforma Agrária. O Lula até se eleger jamais fez qualquer elogio ao agronegócio, ele jamais poderá alegar que já tinha simpatia pelo agronegócio antes de ser presidente. Ele acaba aderindo ao projeto das elites, das oligarquias, à lógica do agronegócio, e negando tudo o que ele disse ao longo de sua vida, ao contrário de FHC que fez no governo o que escreveu em seus livros (afinal, uma divergência importante de FHC com relação ao seu Mestre Florestan Fernandes é que em vez de romper com a dependência por meio da revolução democrático-socialista, como propunha Florestan,

ele achava que deveria se aderir ao imperialismo como sócio subordinado. E foi isso que ele fez no seu governo).

Muitos dizem que a Reforma Agrária já não é mais necessária, que deveria ser feita nos anos 50, 60 quando o país estava se desenvolvendo. Muitos pensam que a Reforma Agrária está relacionada unicamente a questão econômica. A Reforma Agrária tem que ser vista, não como uma questão econômica, e sim como uma questão de democracia. Significa dizer que quando a terra está concentrada, o poder está concentrado. É claro que em um país onde se faz a distribuição de terras, há potencialidade e possibilidade da riqueza econômica também ser democratizada. O objetivo maior da Reforma Agrária é mexer na estrutura concentrada do poder. O Brasil não é um país pobre, é injusto, consequência dessa estrutura de poder. No Brasil, a Wolksvagem é proprietária de terra, assim como o Bradesco, o Itaú, o Daniel Dantas etc. E o que acontece nesses casos é que a terra fica improdutiva serve apenas como moeda de troca pra receber financiamento (reserva de valor). Não sabemos se a Sadia ou a Perdigão são grupos agrários. Por isso eles se colocam contra a alteração dos índices de produtividade como determina a Constituição brasileira. Declarações do próprio presidente da Sadia afirmam que 80% dos lucros da empresa vêm do mercado financeiro. No entanto, ela recebe financiamento do BNDES destinado à agricultura e com respaldo da sociedade como se estivesse captando recursos para produzir alimentos. Para elas o agro é só mais um negócio. É claro que se informarmos a sociedade brasileira que a Sadia, ou a Aracruz ou a Votorantin pedem dinheiro ao BNDES para simplesmente ganhar mais dinheiro no mercado financeiro elas não teriam o apoio que apregoam que o agronegócio tem. Mas elas dizem que é para produzir alimentos e aí saem abençoadas. Como se vê o agro é só um negócio!

SDCPT - Entre as experiências de Reforma Agrária, quais vêm se destacando e que poderiam ser um referencial pro Brasil?

Carlos Walter - Temos várias experiências de Reforma Agrária em curso no mundo. Cuba é um exemplo. O país hoje passa por uma Reforma Agrária dentro da Reforma Agrária. Lá, mesmo com realização da Reforma Agrária depois da Revolução, o monocultivo da cana continuou forte, pois a princípio não foi pensado um modelo de agricultura camponesa, de diversificação produtiva, de soberania alimentar e sustentabilidade. Agora, depois da queda da União Soviética, os cubanos estão vendo o valor da soberania alimentar e de encontrar um modelo agrícola agrário em outras bases sociais e tecnológicas. Esse processo está sendo muito interessante. Também tem experiências importantes em curso na Bolívia, com um componente interessante que é o reconhecimento dos territórios indígenas. Na Bolívia, 62% da população falam línguas indígenas – o Quéchua, o Aimara e o Guarani. Estamos falando da maioria da população. Nesse país, em 1952, houve uma Reforma Agrária em que a esquerda dividiu os territórios comunitários indígenas em parcelas camponesas, porque achava que os índios representavam o atraso. Esse processo atual com Evo Morales à frente é uma Reforma Agrária que reconhece a territorialidade indígena e não tenta fatiá-la em propriedades camponesas. Essas questões obrigam a esquerda a repensar sua própria forma de pensar o mundo, muitas vezes marcadas por uma visão também colonial.

Mas uma coisa é importante ser dita: não existe modelo de Reforma Agrária passível de ser transferido ou copiado para qualquer outro país. Os países têm suas especificidades. O Brasil, por exemplo, tem uma diversidade ecossistêmica muito grande. Não poderíamos pensar em um modelo único de Reforma Agrária sequer para todo o nosso país. Além de o Brasil ter uma enorme diversidade biológica, temos

também uma enorme diversidade de povos e de formações camponesas muito singulares (fundo pasto, faxinais, o complexo seringal-colocação seringueiro, os retireiros do Araguaia, as quebradeiras de coco de babaçu, enfim). No Brasil se fala mais de 180 línguas indígenas, isso implica uma diversidade cultural enorme, isso implica populações que embora sejam pequenas, ocupam territórios que são relevantes. Essas populações são patrimônios culturais da humanidade, têm o direito a viver da maneira que querem viver e de decidir o que de nossa cultura querem e não querem. A Reforma Agrária está sempre associada a um projeto nacional que tanto pode ser um projeto que quer negar tudo isso em nome do progresso (como é o caso do agronegócio), como pode (e deve) ser um projeto que toma em conta toda essa diversidade social, cultural, política que o país possui. Chico Mendes, por exemplo, deu visibilidade à luta dos seringueiros e tinha essa compreensão. Ele propôs a Reserva Extrativista que, segundo ele, era a reforma agrária tal como vista pelos seringueiros, que tem por trás e no fundo um projeto de nação, pois ele entendeu que para defender a Amazônia, tinha que preservar os seringueiros e os demais povos. Não há defesa da floresta sem os povos da floresta, como ele dizia. Aliás, Chico Mendes propôs no Congresso dos Trabalhadores Rurais realizado em Brasília, em 1984, que a reforma agrária deveria respeitar os contextos sociais e culturais, e eu diria, também geográficos, específicos. E essa tese foi aprovada.

SDCPT - Como você vê o cenário, o mapa atual da violência no campo no Brasil hoje?

Carlos Walter - Temos nos últimos dois anos um declínio nos conflitos no campo no Brasil. As razões podem ser múltiplas. Uma delas é essa questão dos programas sociais e seu poder apaziguador de conflitos, como é o caso do Bolsa Família, Bolsa Escola etc. Embora não seja só isso, isso é um componente importante que interfere no poder de mobilização da sociedade para lutar. De outro lado, as oligarquias estão satisfeitas com Lula. Elas baixaram o ímpeto de violência que tinham no início do governo, já que Lula aderiu ao projeto do agronegócio. E elas são a principal protagonista dos conflitos como já disse. O novo desenho que está aparecendo na geografia da violência é o aumento significativo das comunidades tradicionais, entre os envolvidos nos conflitos no campo. Em 2007, 43% dos envolvidos nos conflitos eram comunidades tradicionais e, em 2008, essa proporção passou a 53%. Isso significa que o capital está avançando e entrando em áreas que são tradicionalmente ocupadas por populações como essas.

Temos que ficar atentos que essas áreas são riquíssimas em biodiversidade, minérios e água, e que, hoje, o capital as disputa contra essas populações que, assim, adquirem um caráter estratégico em qualquer projeto que se pretenda emancipatório. Então, quando afirmamos que há o aumento do envolvimento das comunidades tradicionais atingidas pelo ímpeto da expropriação de terra pelo capital e envolvidas nos conflitos de terra, estamos falando também do avanço contra a riqueza de biodiversidade e diversidade cultural do país. Isso indica um elemento muito grave: a expansão do capital para novas áreas se dá muitas vezes por expulsão dessas populações. Por exemplo, a cana-de-açúcar vem se expandindo e entrando nas áreas onde antes havia o gado. Nesse caso, não há troca de um cultivo pelo outro. Nesse caso há troca de uma área de pastagem por uma de cana. Resta uma pergunta, pra onde vai o gado? O gado se expande... Vai pro interior da Bahia, pro Sertão do São Francisco, pra Amazônia. O gado aumenta a tensão nas áreas das comunidades tradicionais.

SDCPT - Qual a importância política da territorialidade no projeto de Reforma Agrária defendido pelos movimentos sociais?

Carlos Walter - A partir dos anos 70, passamos a ter um componente novo no debate político da questão agrária no mundo, onde o movimento indígena começa a colocar explicitamente no debate algo que historicamente sempre o caracterizou, a questão territorial. O debate territorial muda a qualidade do debate da Reforma Agrária, porque significa introduzir um componente novo na discussão, o da cultura. Quando falamos que queremos ser reconhecidos pela nossa territorialidade, não queremos só a terra, queremos um sentido determinado de estar na terra, queremos o respeito ao nosso modo específico de estar na terra. Estamos reivindicando a territorialidade distinta, exigindo o reconhecimento das diferenças. Isso acaba denunciando o caráter colonial com sua proposta de progresso levando à homogeneização inclusive da leitura do país. O país não era e não é homogêneo. As populações começam a reivindicar as reservas extrativistas, os fundos de pastos, não é mais uma questão só indígena e quilombola. O Brasil é repleto de diferentes “campesinidades”, que se criam a partir das condições diversas do ambiente onde as comunidades vão criativamente se amoldando ao que os ambientes oferecem. Essas comunidades não são determinadas pelo ambiente, mas elas sempre partem do potencial produtivo da natureza. É uma cultura com a natureza e não contra a natureza. Isso é o novo bebendo na melhor de nossa tradição cultural. Nem tudo que é velho é bom, mas nem tudo que é novo também o é. É preciso abandonar qualquer fundamentalismo seja da tradição, seja do novo.

CPT- Os meios de comunicação e o governo, por exemplo, fazem pensar que a Reforma Agrária é uma pauta única e exclusiva dos camponeses e das camponesas. Quais são os impactos da não reforma agrária, do avanço do agronegócio nos centros urbanos?

Carlos Walter – O avanço do agronegócio no campo impacta a cidade em todos os sentidos. O latifúndio se expandindo através do agronegócio vem promovendo a cruel expulsão dos trabalhadores do campo. Um dos impactos, por exemplo, são as nossas favelas. Todas essas pessoas não têm condições de serem empregadas pelo próprio desenvolvimento das novas tecnologias pelo capital. O capital não tem a menor condição empregar aqueles que desaloja do campo. Boa parte dessa população está vivendo por conta própria, e elas têm que se virar na cidade. O próprio desenvolvimento tecnológico diminui a capacidade de empregabilidade do capital. Ai o que se oferece nas periferias urbanas do Rio de Janeiro, por exemplo, é o Caveirão e ONGs pra fazer o trabalho-de-faz-de-conta-que-estamos-fazendo-alguma-coisa. Mas digo que um dos piores efeitos de não se fazer Reforma Agrária ainda é a questão da democracia. A Reforma Agrária, insisto, não é uma questão econômica, mas sim de democracia, o que significa dizer que a sociedade brasileira jamais será democrática enquanto tivermos os latifúndios empresariais e os monocultivos expulsando as populações e concentrando o poder. Concentração de poder é o contrário de democracia. É oligarquia. Os efeitos são a desmoralização da democracia, além dos efeitos na economia, na biodiversidade e na destruição do meio ambiente. O problema do Senado não é simplesmente de corrupção, embora também o seja. É de concentração de poder, para o que a não-reforma agrária contribui para a sua perpetuação.

SDCPT – Em seu acompanhamento no trabalho da CPT, o que pode ser destacado como essencial para a discussão e avanço da luta pela reforma agrária no país?

Carlos Walter – Antes de tudo devemos entender que a Reforma Agrária deve sempre estar associada a um projeto de país, a um projeto de sociedade. E se queremos um país e uma sociedade democráticos devemos desconcentrar o poder, para o que revolucionar nossa estrutura fundiária é condição sine qua non. Além disso, não dá mais para pensar o país, a sociedade como se ela fosse monocultural. No Brasil se falam mais de 200 línguas. Além disso, o campesinato tem que ser visto na sua diversidade social e cultural – faxinalenses, seringueiros, retireiros, geraizeiros, quebradeiras de coco de babaçu, ribeirinhos, pescadores, quilombolas, camponeses com fundos de pasto, entre muita/os e muita/os outra/os – e que desenvolveram regras, “acordos” de partilhamento do uso dos recursos naturais que devem ser devidamente reconhecidos formalmente na nossa Constituição. Enfim, pluralismo jurídico, como sugere a resolução do IVº Congresso de Trabalhadores Rurais de 1984 que diz que “a reforma agrária deve respeitar os contextos sócio-culturais específicos”, proposta, aliás, defendida por Chico Mendes que, já ali, amadurecia a idéia de Reservas Extrativistas que, ainda segundo ele, era “a reforma agrária dos seringueiros”. Nesse sentido, o movimento de luta pela Reforma Agrária deve ser mais enfático na exigência de aplicação da Convenção 169 da OIT que, inclusive, foi assinada pelo governo brasileiro depois de aprovada pelo Congresso. O princípio da Convenção 169 não é coisa somente de índios e de negros. O território brasileiro abriga múltiplas territorialidades que devem ser devidamente respeitadas para que tenhamos um país onde as regras tenham a cara do povo com sua riqueza diferenciada. Devemos ser capazes de saber conduzir na conjuntura a defesa da igualdade e da isonomia visando respeitar a diferença caminhando no sentido da justiça. Enfim, igualdade e diferença não se excluem na perspectiva das lutas emancipatórias. Nesse caminho a mulher deve ter a dignidade que cada qual vê na sua mãe para que saibamos cuidar da nossa reprodução enquanto sociedade que se quer sustentável. Nenhuma mãe quer dar comida envenenada para seus filhos e devemos deixar para as gerações futuras – como bonni patres familiae – (como dizia Marx) as condições naturais de reprodução e cuidarmos da água, da biodiversidade, da vida. A defesa da vida deve ser um princípio que vá além da vida humana como recentemente a Constituição do Equador reconheceu. O saber técnico, enfim, deve ser visto como parte desse projeto político. Uma ciência e uma técnica para a vida ou para a acumulação do capital? Afinal, essa é uma discussão que os que defendem a reforma agrária devem protagonizar, aliás, como vêm fazendo, posto que nesse momento não é um projeto de futuro que estamos debatendo, mas simplesmente se teremos futuro! Afinal, o aquecimento global não é uma externalidade da economia e da sociedade que temos. Ao contrário, o aquecimento global é o resultado do êxito técnico-científico dessa sociedade, tal qual a bomba atômica e o agrotóxico – Ciência sem Consciência, Ciência para a Morte e não para a Vida. Saiamos da toca e afirmemos cabalmente que a crítica a esse sistema técnico não é uma crítica à técnica, o que seria um absurdo histórico, já que não existe sociedade sem técnica. Sendo a técnica um meio para se atingir determinados fins, o sistema técnico é parte das relações sociais e de poder que uma sociedade institui e não vê-lo assim é não entender objetivamente o que é um sistema técnico. Como se vê, a reforma agrária se complexificou o que exige uma dialética complexa.

SDCPT – Pra terminar, Professor, como o senhor vê o papel que a CPT vem desempenhando na luta pela Reforma Agrária?

Carlos Walter - O papel da CPT tem sido relevante para a luta pela Reforma Agrária no país, por tudo que a CPT contribuiu para que surgisse no Brasil. A CPT está na base da criação do MST, do MAB, está junto e estimulando a auto-organização dos trabalhadores no Brasil. Me sinto orgulhoso de poder colaborar com a CPT, sobretudo pelo respeito que a sua direção tem com relação à autonomia do trabalho intelectual. O trabalho que a CPT tem feito, estimulando a auto-organização, é um trabalho que a sociedade brasileira, se tivesse direito à informação veraz, saberia se orgulhar. Pelo menos para os que, como eu e felizmente não estou sozinho, se colocam na perspectiva dos trabalhadores e demais grupos subalternizados e que devemos estar atentos o tempo todo para compreender o que os setores dominantes impõem e buscar encontrar as razões da emancipação, enfim, da dignidade e da liberdade, no interior da própria cultura subalterna. Enfim, como dizia Paulo Freire: “ninguém liberta ninguém. Ninguém se liberta sozinho. Os homens só se libertam em comunhão”.

- Entrevista concedida a Renata Costa César de Albuquerque e Helciane Angélica Santos Pereira do Setor de Comunicação da CPT – Comissão Pastoral da Terra – em Olinda, Pernambuco, em 28 de julho de 2009.

O País com medo dos sem-terra – Aloísio de Toledo César – Estado de São Paulo – Nacional – 08/10/2009

Alguns milhões de brasileiros devem ter visto pela televisão a imagem de um trator de semterra que no interior paulista invadiu fazenda de produção de laranjas e passou a destruir as plantações. Imagino o que seria deles se fizessem isso nos Estados Unidos, a nação mais aberta do mundo, e até mesmo no Irã, quem sabe a mais fechada e rancorosa.

Muitos de nós nos sentimos como se o trator tivesse passado por cima do Brasil e, por isso, virão uns dias de mau humor, alguns discursos de parlamentares ruralistas e depois tudo continuará na mesma, por uma razão de clareza solar: o País está com medo dos sem-terra.

Se um cidadão comum invadissem a fazenda com seu trator, certamente seria preso e responderia a processo criminal, talvez até mesmo encarcerado.

No caso dos sem-terra, a situação é muito diversa, eles a toda hora dão o exemplo que faz lembrar a velha anedota: pode sentar e passar a mão que o leão é manso. Alguém vai preso? Vai nada.

Manso, manso mesmo, está o País, que percebe a degradação progressiva das instituições e se mantém inerte, anestesiado ou, para ser mais claro, frouxo ao extremo. Neste ano que antecede as eleições, cabe uma pergunta bastante elucidativa: qual o governante que tem coragem de enfrentar os sem-terra?

O principal deles, com aprovação popular de quase 80%, empenhado na eleição do sucessor, vê os sem-terra como preciosos aliados, e talvez sejam mesmo, porque servem para propagar a errônea ideia de que este é um governo voltado para o social, que distribui não só dinheiro às classes menos favorecidas, mas também terra à vontade.

Terra para todo mundo, menos para os verdadeiros lavradores!

Estatísticas do IBGE mostram que 22% das terras do Estado de São Paulo, na enorme região do Pontal do Paranapanema, hoje são constituídas de assentamentos de sem-terra, que se assemelham, em grande parte, a favelas rurais.

Os sem-terra não são lavradores, são antes cidadãos urbanos espertos que se agruparam, participaram do movimento e conseguiram um lote para produção agrícola. Mas, pelo fato principal de não serem lavradores, não sabem produzir. Isso faz com que aquela parte do território paulista, que sempre foi a mais pobre, fique mais empobrecida ainda, em consequência da queda da produção.

Esse quadro aponta para uma inacreditável contradição, prestes a concretizar-se.

A mais recente decisão imperial de Lula, de exigir maior produtividade dos produtores rurais, sob pena de desapropriação das terras, se levada à risca, poderia resultar na tomada dos lotes da grande maioria dos assentados. Eles não sabem e não conseguem produzir, com raríssimas exceções.

E aqui se chega ao paradoxo: o companheiro Lula será capaz de tomar terra dos sem-terra?

Se cumprir a lei, é claro que teria de fazê-lo.

Mas, temos visto, cumprir a lei não é o lado forte do presidente.

Ao assumir o cargo, jurou cumprir as leis e a Constituição federal, mas logo se esqueceu (ou ignorou) que esta, nos capítulos iniciais, impõe como cláusulas pétreas a existência de um Estado de Direito e o direito de propriedade.

O Estado de Direito é aquele em que os direitos subjetivos e fundamentais são obrigatoriamente respeitados. Nele tudo se conduz conforme a lei e jamais conforme a vontade imperial de um governante que deve ser temporário.

Neste ponto, é necessário dar um desconto e concluir que o presidente Lula talvez necessite mesmo de atos de governo que o compensem psicologicamente, apesar das contradições.

A primeira delas, que o atormenta, é a de ser um homem de esquerda a realizar um governo de direita na área econômica. Realmente, quem tiver o trabalho de fazer comparações entre a sua administração e a de Fernando Henrique Cardoso logo concluirá que as diferenças são pouco expressivas, tendo havido, isso sim, uma continuidade do trabalho dos burocratas dessa área.

Enfim, cristalizou-se nos dois governos completa submissão ao capitalismo.

É possível que Lula, para não se render por completo àquilo que mais odiava – o regime que o discriminou no início de sua escalada política –, estabeleça para si próprio a referida compensação psicológica.

Como precisa dormir à noite, e deve doer-lhe a cabeça por verificar que seu governo é mesmo um governo rendido ao capital, verdadeira maldição para um homem de esquerda, ele estimula com a mão do gato movimentos que buscam se contrapor ao capitalismo.

Talvez se divirta com isso, rindo não de si mesmo, mas, quem sabe, de nós.

Dá os seus devaneios venezuelanos e a rendição ao grosseiro presidente vizinho, que também se diverte, à sua moda, produzindo coca, da qual se extrai a cocaína vendida ao Brasil e que necrosa progressivamente o tecido social.

Sempre se diz que a reforma agrária tem por finalidade aumentar a produção de alimentos e estabelecer a paz no campo. No trabalho *Agropecuária – Atividade de Alto Risco*, Nelson Ramos Barreto e Paulo Henrique Chaves mostram claramente que a produção de alimentos diminuiu, com os assentamentos rurais, e a violência quintuplicou.

De forma assustadora, eles mostram que 70% das terras brasileiras estão “engessadas”, ou seja, praticamente impedidas de produzir, em função das reservas indígenas, florestas de preservação permanente, reservas legais das encostas e assentamentos rurais.

Nesse quadro, o território brasileiro ocupável para a verdadeira produção estaria restrito a mais ou menos um terço, ou seja, o tamanho de nossa concorrente Argentina. Deus mostre que é brasileiro e nos ajude.

Vandalismo sem limites – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 08/10/2009

Absolutamente seguro, como sempre, de sua impunidade, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) perpetrou novo ato de vandalismo, passados quatro dias do engavetamento da proposta de CPI para investigar o repasse de recursos federais à organização, por intermédio de cooperativas e ONGs.

A iniciativa caiu quando, a pedido do Planalto, deputados retiraram o seu apoio à investigação – o comércio de assinaturas em projetos do gênero, por sinal, é uma conhecida prática desmoralizante no Congresso. Segunda-feira, na Fazenda Santo Henrique, da multinacional brasileira Cutrale, em Borebi, no interior paulista, ocupada desde 28 de setembro por 350 invasores, os sem-lei literalmente tratoraram 7 mil pés de laranja.

O espetáculo, que o próprio ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, o principal interlocutor do movimento no governo, considerou “grotesco”, foi filmado por um cinegrafista da Polícia Militar a bordo de um helicóptero. As imagens da violência levaram por sua vez o presidente do Incra, Rolf Hackbart, a se declarar “indignado” e a afirmar que “condena com veemência” mais esse ato criminoso.

É como se eles tivessem descoberto subitamente o que pretende e a que meios recorre – há longos anos – essa que é o que de mais parecido existe no Brasil com uma organização terrorista. E como se tais autoridades não a amparassem, por ação ou omissão. Hackbart, por exemplo, diz que o comportamento do MST “não contribui para a reforma agrária”. Ele está cansado de saber que a reforma é mero pretexto para o objetivo estratégico do movimento de “promover uma revolução em estilo zapatista a partir do campo brasileiro”, como assinalou o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. No caso da fazenda saqueada, o Incra ecoa a alegação do MST de que a propriedade de 40 mil hectares está instalada em terras griladas da União. A Cutrale tem uma sentença a seu favor, que o Incra contesta na Justiça Federal. Na terça-feira, um juiz de Lençóis Paulista deu a reintegração de posse à empresa. Embora o coordenador estadual do MST, Márcio Santos, um dos responsáveis pela invasão, tenha afirmado que a ocupação continuaria e que mais pés de laranja poderiam ser destruídos, os invasores foram retirados na manhã de ontem.

Deixaram como rastro da sua sanha predatória mais de 20 tratores depredados.

A *razzia* pelo menos motivou a oposição a tentar reviver com outro nome a descartada CPI que investigaria a entrega de recursos oficiais ao MST. Sob o patrocínio das bancadas do DEM, passou a circular no Congresso um requerimento para a criação de uma CPI Mista do Campo, que trataria também – com o risco de se tornar dispersiva e chover no molhado – “a estrutura fundiária brasileira, em especial a execução da reforma agrária”. No Executivo, a nova demonstração de truculência em essetista poderá se revelar “um tiro no pé”, prevê o ministro Guilherme Cassel.

Adiaria o cumprimento da promessa feita pelo presidente Lula em agosto de atualizar os índices de produtividade no setor rural, baseados no censo agropecuário de 1975, usados para decidir se uma determinada terra pode ser desapropriada para fins de reforma agrária.

Para se consumar, a atualização exigida pelo MST depende de um decreto presidencial autorizando o ministro da Agricultura a convocar o Conselho de Política Agrícola para examinar os novos parâmetros. O titular da Pasta, Reinhold Stephanes, já fez saber que não fará a convocação, mesmo que a recusa o obrigue a entregar o cargo antes de abril do próximo ano, para concorrer a um mandato eletivo. A oposição reivindica para o Congresso a competência para definir aqueles índices. Antontem, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado aprovou em caráter terminativo, isto é, sem passar pelo plenário, o substitutivo da relatora Kátia Abreu (DEM-TO) a um projeto de lei sobre os critérios de aferição da produtividade agrícola.

Atualmente, para que uma propriedade seja considerada produtiva, ela tem de cumprir simultaneamente dois requisitos: grau de utilização da terra de 80% e grau de eficiência de exploração de 100%. Pelo parecer aprovado, bastará o segundo índice. A questão, de todo modo, se torna um tanto bizantina diante das recorrentes desapropriações “na marra” efetuadas por um impune MST. “Eles não têm limites”, aponta a senadora Kátia Abreu.

Ataque do MST a fazenda faz Cutrale perder R\$3 milhões – Estado de São Paulo – Capa – 08/10/2009

Sob forte aparato policial, os 350 militantes do MST que haviam ocupado fazenda do grupo Cutrale em Borebi (SP) abandonaram o local por ordem da Justiça – deixando um prejuízo calculado pela empresa em R\$ 3 milhões. Eles destruíram cerca de 7 mil pés de laranja e danificaram tratores, caminhões, casas de colonos e sistemas de irrigação. Segundo o MST, as terras são públicas.

Depredação do MST na fazenda da Cutrale deixa prejuízo de R\$3mi – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 08/10/2009

Sob forte aparato policial, 350 militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) desocuparam ontem a Fazenda Santo Henrique, do grupo Cutrale, em Borebi, a 320 quilômetros de São Paulo, deixando para trás um rastro de destruição.

Além dos 7 mil pés de laranja arrancados, foram encontrados 28 tratores danificados ou destruídos, caminhões e sistemas de irrigação sabotados, a sede e seis casas de colonos depredadas e pichadas. Houve furto de equipamentos, móveis, roupas e defensivos agrícolas.

“A impressão é de que passou um tsunami aqui”, lamentou o gerente agrícola da propriedade, Claudinei Ferreti. O prejuízo de nove dias de ocupação pode chegar a R\$ 3 milhões.

Os sem-terra prometiam resistir à ordem de desocupação imediata da fazenda até a chegada da Justiça de Lençóis Paulista.

Eles bloquearam o portão de entrada com caminhões e distribuíram galões de óleo diesel para atear fogo. O oficial de Justiça Fernando Fabian chegou acompanhado de 120 policiais militares, em 26 viaturas, um ônibus e um helicóptero. “Estamos preparados para usar a força, se for necessário”, avisou o tenente-coronel Benedito Meira, comandante da operação.

O líder Paulo Albuquerque, da direção estadual do MST, pediu tempo. Uma hora depois, avisou que os invasores fariam a desocupação. Informou que o grupo iria para os assentamentos Zumbidos, Palmares, em Iaras, e Agrocento, em Agudos.

Quando o último sem-terra saiu, seguindo um comboio – cinco caminhões, um ônibus e mais de 30 carros –, a Polícia Militar autorizou a entrada da imprensa e de funcionários. A Polícia Civil já iniciou a perícia.

SAQUE

Sujeira, lixo, peças e destroços de máquinas estavam por toda parte. O cheiro de fezes se misturava ao de laranja podre. O gerente constatou que o depósito de defensivos tinha sido saqueado.

“Por baixo, levaram mais de R\$ 100 mil”, estimou.

As câmeras de vigilância desapareceram.

Os tratores estavam depenados, sem bateria, motor de arranque, filtros, faróis e com a fiação cortada.

Puseram areia no motor e ligaram só para fundir”, contou Ferreti.

Dois tratores foram partidos ao meio, não se sabe como, e três sumiram. Um caminhão estava no barro, na beira de uma represa. Cerca de 15 mil litros de diesel foram subtraídos.

Portas e janelas das casas estavam arrombadas. Móveis, televisores, roupas, louças, utensílios de cozinha, além de lâmpadas e chapas de fogão, foram levados.

Os sofás restantes tinham rasgos e as paredes, pichações como “MST em ação” e “Revolucionários em Luta”.

‘TERRORISTAS’

O motorista Edmilson Marcos, da Prefeitura de Borebi, que transportou água para apagar um possível incêndio, viu um militante arrancando um bebedouro.

“Eles são terroristas”, disse. O ex-sem-terra Alfeu Agnaldo Barbosa, que trabalha na fazenda, disse que os assentados da região ficaram revoltados.

“Grande parte das famílias depende da Cutrale”, afirmou.

O gerente informou que um cálculo minucioso dos prejuízos ficará pronto em três dias.

Ele estimou o custo para formar um pé de laranja de cinco anos, no auge da produção, como os que foram arrancados, em US\$200 por planta. Durante a invasão, pelo menos 90 mil caixas de laranja não foram colhidas e se perderam. Cada trator como os danificados vale cerca de R\$ 45 mil.

Ferretti não acredita em ressarcimento. “Infelizmente, vamos ter de começar muita coisa do zero.” O delegado de Borebi, Jader Biazon, vai abrir inquérito por esbulho possessório, formação de quadrilha, furto, dano e progressão criminosa.

Tem uma identificação de parte do grupo e tentaremos estabelecer autorias.”

Albuquerque, do MST, não falou com a imprensa.

Em nota, o movimento estadual não se manifestou sobre as acusações de furtos e danos. Alegou que as terras são públicas. “O governo e a Justiça precisam cumprir o seu papel e retomar essa área, que é um patrimônio do País e não pode ser utilizada para o benefício privado.”

MST deixa rastro de destruição em fazenda – O Globo – Capa – 08/10/2009

Em cinco anos, governo financiou entidades ligadas ao movimento com R\$ 115 milhões. Após ordem judicial, cerca de 300 famílias do MST deixaram a Fazenda Santo Henrique, em São Paulo. A invasão deixou um rastro de destruição: milhares de pés de laranja foram arrancados, e cerca de 30 tratores, quebrados. O prejuízo é calculado em R\$ 1 milhão.

Nos últimos cinco anos, entidades ligadas ao MST receberam R\$ 115 milhões do governo federal, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário enviados ao DEM.

Uma 'tsunami' na fazenda MST destrói tratores e instalações antes de desocupar plantação de laranja em SP – Flavio Freire – O Globo – O País – 08/10/2009

SÃO PAULO Um rastro de destruição, com pés de laranja arrancados, tratores e armários destruídos e paredes pichadas.

Esse era o cenário ontem na fazenda Santa Henrique, em Boberi, no interior de São Paulo, que havia sido ocupada no último dia 28 por cerca de 300 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os invasores deixaram ontem a propriedade, após a Justiça estadual determinar a reintegração de posse a favor da Cutrale, empresa responsável pela área.

Não houve conflito com os cerca de 120 policiais que acompanhavam a operação desde as primeiras horas da manhã. Funcionários e peritos da polícia científica começaram então a fazer uma varredura na fazenda para avaliar os prejuízos.

Além da destruição de pés de laranja — 12 mil, segundo a Polícia Civil, sete mil pés de acordo com a PM e dois mil nas contas do MST —, também foram encontrados cerca de 30 tratores quebrados, paredes e caminhões pichados com a sigla do movimento, armários arrabados, louças de banheiro arrancadas e tubulação entupida.

— Eles colocaram terra dentro do motor dos tratores e deixaram eles ligados até fundir — acusou o gerente de produção da fazenda, Claudinei Ferreti. — Mas o maior problema foi a perda de pés de laranja que tinham cinco anos e estavam em plena produção. Parece que aconteceu uma tsunami aqui.

Polícia: prejuízo de R\$ 1 milhão

A Polícia Civil abriu inquérito para apurar os crimes de invasão de propriedade, formação de bando ou quadrilha, furto e danos ao patrimônio.

Pelas primeiras análises, o delegado Jader Biazon disse que os prejuízos poderiam chegar a R\$ 1 milhão.

Quatro boletins de ocorrência relacionados à invasão foram registrados no distrito policial na última semana.

— Os sem-terra roubaram até os móveis e objetos pessoais das casas dos caseiros — disse Biazon, para quem o inquérito deve ser concluído em 30 dias.

O tenente-coronel Benedito Meira, que comandou a desocupação, disse que um inquérito será aberto para descobrir quem depredou equipamentos da fazenda: — Testemunhas serão ouvidas e os responsáveis vão responder pela destruição do patrimônio alheio.

Os invasores deixaram a fazenda sob chuva fina, e seguiram para dois assentamentos naquela região. O governador de São Paulo, José Serra (PSDB), criticou a ação do MST: — Acho um absurdo. É tão absurdo que até o presidente do Inca condenou.

Não precisa dizer mais nada.

A gente sabe que Inca e MST andam, em geral, juntos. Para até o presidente do Inca ter atacado é uma demonstração do absurdo que foi feito, destruição de patrimônio, crime ambiental, enfim, realmente uma ação muito além de lamentável — disse.

Durante a tarde, os líderes do MST local se reuniram para avaliar os próximos passos do movimento. Na terça-feira, o juiz da 2ª Vara de Lençóis Paulista, Márcio Ramos dos Santos, determinou a reintegração de posse.

Se resistisse, o MST seria multado diariamente em R\$ 500 por invasor.

Em nota, a Cutrale afirmou: “Nossa expectativa é retomar nossas atividades produtivas que sempre desenvolvemos no local, principalmente para possibilitar o retorno dos mais de 300 empregados rurais, pessoas sérias e comprometidas, que entendem de plantio e manutenção de pomares cítricos e que merecem nossa admiração, para que possam continuar com a oportunidade de trabalhar com dignidade, em respeito a elas próprias e aos seus familiares, resultando em benefício de todos e da própria comunidade”.

COLABOROU: Aduari Antunes Barbosa

Líder do MST minimiza vandalismo e diz que ação foi um 'bem para a humanidade' – Leticia Lins – O Globo – O País – 08/10/2009

'Parlamentares se beneficiam com doações da Cutrale', insinua outro dirigente RECIFE e SÃO PAULO. O coordenador regional do MST em Pernambuco, Jaime Amorim, disse ontem que as ações do movimento na Fazenda Cutrale, em São Paulo, são atos de defesa do patrimônio da União e representam “um bem para a humanidade”.

E afirmou que o MST vai continuar “na ofensiva” para mostrar que o Brasil precisa “resolver o problema da reforma agrária”.

Ele minimizou os atos de vandalismo e afirmou que o que o MST está pedindo é pouco diante dos problemas provocados pela empresa: — A Cutrale ocupa cerca de 30 mil hectares de terras devolutas, e isso pode ser chamado de grilagem. O MST só exige 2.500 hectares de toda essa área — afirmou ele, um dos dirigentes nacionais do movimento. — Por uma questão lógica, toda monocultura é prejudicial ao meio ambiente, porque degrada o solo, prejudica a natureza. Não importa se é eucalipto, cana, soja ou o milhão de pés de laranja da Cutrale. Os companheiros estão tentando produzir outras culturas para

o bem da humanidade.

Amorim disse duvidar que sete mil pés de laranja tenham sido destruídos, e atacou a imprensa: — O poder midiático contra nós é muito grande. Está sendo feito um levantamento para sabermos o que foi destruído. Não se carrega um trator como um saco de feijão — disse Amorim, reagindo ainda às declarações do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e do presidente do Incra, Rolf Hackbart, que condenaram o vandalismo do MST: — Provavelmente, eles falaram influenciados pelo que viram na imprensa, com imagens tendenciosas. Eles teriam que ter chamado o movimento para que desse suas explicações.

Coordenador nacional do MST, Gilmar Mauro criticou os parlamentares da bancada ruralista que querem ressuscitar uma CPI para investigar o movimento.

Mauro disse que políticos que sobem à tribuna para defender a Cutrale teriam sido beneficiados pela empresa com doações de campanha.

“É patético ver alguns senadores(as), deputados(as) e outros tantos ‘ilustres’ se revezarem nos microfones em defesa das laranjas da Cutrale.

Muitos destes, possivelmente, já foram beneficiados com os ‘sucos’ da empresa para suas campanhas, ou estão de olho para obter ‘vitaminas’ no próximo pleito”, disse, em nota.

E defendeu a destruição dos pés de laranja: “Passar por cima das laranjas é passar por cima do grilo e da corrupção que mantém esta situação há tanto tempo”, disse o líder do MST, que acusa a empresa de ter se apropriado de uma área da União.

COLABOROU: Flávio Freire

A quem interessa – O Globo – Opinião – 08/10/2009

Ao comparecer ontem ao Senado, o chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), da Presidência da República, general Jorge Félix, declarou não ser o MST uma ameaça à sociedade. E que a organização, “como qualquer movimento social, tem seu viés de razão”.

A nação torce para o general ser político, e não ingênuo. Como há em Palácio aliados desta organização especializada em operar na fronteira do paralegal — quando capta recursos públicos por ONGs e similares — e da marginalidade — quando invade e depreda propriedades —, conceda-se que o militar precisa medir palavras para continuar no cargo. Mas, como oficial do ramo da segurança interna, será um risco para o país caso ele não saiba quais os desdobramentos institucionais se o estado de direito democrático não for protegido pelo poder público da ação do MST e seus segmentos semiclandestinos.

O vandalismo praticado por militantes sem terra na fazenda Santo Henrique, em Borebi, São Paulo, é apenas o mais recente. Já houve vários casos do tipo. Apenas, desta vez, o ataque foi filmado e exibido a todos. A imagem de um trator — quem é o dono? De onde vem o dinheiro para combustível e manutenção? — destruindo pés de laranja repete, na essência, depredações de laboratórios de pesquisa agrícola no Sul ou a derrubada, também criminosa, de áreas de eucalipto para a produção de celulose, na Bahia e no Espírito Santo.

Mesmo setores do governo instrumentalizados pelo MST, por meio do aparelhamento, o Ministério de Desenvolvimento Agrário e o Incra, tiveram de criticar a ação de cunho terrorista. Nada aconteceria se o vídeo não fosse ao ar.

A revista “Veja”, em setembro, publicara reportagem de capa com informações detalhadas sobre a enxurrada de dinheiro público destinado ao MST, parte do qual financia as operações violentas e ilegais da organização. Projetou-se luz na malha de entidades laranjas usadas para drenar repasses oficiais e dinheiro do exterior para colocar em ação a máquina das invasões, ocupação de prédios públicos etc.

O governo conseguiu derrubar a proposta de instalação de uma CPI mista (Câmara e Senado) para investigar as sérias e documentadas denúncias da revista.

Com o ataque à fazenda da Cutrale, grande exportador de suco de laranja, importante na estratégia de comércio exterior do próprio governo, o projeto da CPI foi retomado, por meio da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), também presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Precisa ser criada a comissão, pois o tema não interessa apenas ao produtor rural. Mas a todos que defendem o regime democrático.

MST desocupa fazenda da Cutrale – Fernando Lopes – Valor econômico – Agronegócio – 08/10/2009

As 250 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que ocupavam desde 28 de setembro a fazenda de laranja da Cutrale no município de Borebi (SP), atendendo a decisão proferida na terça-feira pelo juiz Maria Ramos dos Santos, da 2ª Vara da Comarca de Lençóis Paulista, deixaram ontem o local.

De acordo com a empresa, a retirada aconteceu de maneira pacífica. Maior exportadora de suco de laranja do Brasil e do mundo, a Cutrale afirmou que espera retomar as operações da Fazenda Santo Henrique, que emprega cerca de 300 trabalhadores, o mais rapidamente possível.

Pelo menos 7 mil pés de laranja da propriedade - que tem mais de 1 milhão de pés - foram arrancados pelos integrantes do movimento, e a invasão foi duramente criticada por representantes do setor de agronegócios, do judiciário e dos governos federal e paulista.

"Não se pode permitir que passem sobre as leis como tratores sobre os laranjais. O caos está sendo instaurado", disse, em nota, Edivaldo Del Grande, presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp).

Em lados opostos em muitas discussões em Brasília, os ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes, e Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, afinaram o discurso contra a invasão. Para Cassel, a destruição provocada foi "grotesca"; para Stephanes, foi "um caso de polícia, intolerável".

Apesar das "condenações" públicas, o MST manteve a posição de ter conseguido "denunciar que a Cutrale esconde embaixo de um laranjal a grilagem de terras".

Conforme o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a fazenda invadida "é alvo de ação reivindicatória proposta pela autarquia [Incra] em agosto de 2006, por pertencer a um conjunto de terras públicas da União que constituíam o antigo Núcleo Colonial Monção [que ocupava uma área total de 40 mil hectares]", mas a posse do imóvel ainda está em análise na Justiça Federal. O Incra também condenou a ação do MST.

Polícia deve pedir prisão de 7 sem-terra – Flavio Freire e Maria Lima – O Globo – O País – 09/10/2009

Delegado quer evitar ameaça a testemunhas da depredação na fazenda da Cutrale, em SP

SÃO PAULO e BRASÍLIA. A polícia deverá pedir à Justiça nos próximos dias a prisão temporária de pelo menos sete integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST) já identificados como invasores que deixaram um rastro de destruição na fazenda Santo Henrique, em Borebi, interior de São Paulo. A propriedade estava invadida por cerca de 300 famílias do MST desde o último dia 28 e foi desocupada anteontem por ordem judicial.

O delegado Jader Biazon disse ontem que o pedido de prisão pode ser feito para que não haja prejuízo às investigações.

— É para que possíveis testemunhas não sejam ameaçadas — disse Biazon, que abriu inquérito para apurar os crimes de invasão de propriedade, formação de bando ou quadrilha, furto e danos ao patrimônio.

Um eventual indiciamento, disse o delegado, só deve acontecer depois de feitas todas as diligências.

Biazon, que nesta quarta-feira disse que os prejuízos chegariam a R\$ 1 milhão, afirmou ontem que a contabilidade dependerá de um trabalho detalhado por parte da Cutrale, responsável pela área: — Além da destruição, teve muita coisa que foi levada.

Pelo menos 30 tratores foram danificados. Segundo funcionários da empresa, os sem-terra jogaram terra nos motores dos veículos. A polícia encontrou paredes e caminhões-tanques pichados com a sigla do movimento, armários arrombados e tubulação entupida.

No Congresso, nova tentativa de abrir CPI

A assessoria de imprensa do MST informou ontem que ninguém comentaria a depredação e que a denúncia de que os semterra seriam os responsáveis pela destruição é uma versão inventada pelos policiais e pelos funcionários da empresa. A Cutrale, que continua contabilizando os prejuízos, acha que um laudo pericial deve ficar pronto na próxima semana.

Em Brasília, líderes governistas acreditam que, depois da destruição na fazenda, será mais difícil uma ação do governo para barrar a instalação de uma CPI da Terra. Deputados que retiraram seus nomes da CPI do MST, semana passada, estão voltando a assinar o requerimento da nova proposta, que ontem tinha 34 nomes do Senado e 152 na Câmara. Para a instalação são necessárias 27 assinaturas no Senado e 171 na Câmara.

— Depois do que aconteceu na Cutrale, nosso esforço foi por água abaixo. Esse povo do MST não aprende nunca — desabafou um líder governista.

Apesar da pressão do governo, deputados da base voltaram a apoiar a proposta da CPI da Terra. É o caso de Néelson Marquezelli (PTB-SP). Na primeira proposta, ele foi um dos 45 que, a pedido dos governistas, retirou seu nome. Alegou que seria infidelidade não atender o governo, logo na semana que um companheiro de partido, José Múcio Monteiro, tinha sido nomeado ministro do TCU.

Lula classifica como ‘vandalismo’ ação do MST em fazenda da Cutrale - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Nacional – 10/10/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva classificou de “vandalismo” a ação dos militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) na Fazenda Santo Henrique, da Cutrale, no interior de São Paulo. “Todo mundo sabe que sou defensor das lutas sociais.

Agora, entre uma manifestação reivindicando alguma coisa e aquela cena de vandalismo na televisão, obviamente que não posso concordar com aquilo”, declarou ele ontem, em entrevista coletiva no Itamaraty, ao ser indagado sobre a violência do MST.

Após a invasão ocorrida no dia 28 de setembro, os sem-terra arrancaram cerca de 7 mil pés de laranja, destruíram ou danificaram 28 tratores, além de depredarem instalações. Também são acusados de furtar equipamentos, defensivos e pertences de famílias de colonos, expulsas da propriedade.

Eles foram despejados na quarta-feira.

Ontem, o presidente criticou a destruição da plantação com tratores da própria empresa.

“Não tem explicação, para a sociedade, derrubar tantos pés de laranja para demonstrar que está reivindicando alguma coisa.”

Lula argumentou que os movimentos podem reivindicar “sem precisar fazer destruição, em máquinas e em pés de laranja”. E tentou demonstrar que o governo não vai deixar que esse tipo de ação fique impune.“

Todo mundo no Brasil já aprendeu que este país tem lei, tem Constituição. Quem estiver dentro da lei pode fazer qualquer coisa. Quem não estiver pagará o preço por fazer”, declarou.

IMAGENS

Auxiliares do presidente consideraram “muito fortes” as imagens divulgadas na TV, feitas de um helicóptero. As cenas mostravam um trator derrubando tudo o que havia pela frente.

O governo entende que atitudes como essa enfraquecem o MST, que já chegou a ter apoio de parte da classe média, mas agora é alvo de pesadas críticas. Nos bastidores, considerou ingênua politicamente a ação.

De acordo com assessores de Lula, a invasão a uma propriedade produtiva e a depredação do laranjal ocorreu no momento em que se articulava a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso para investigar passagens de dinheiro público a entidades ligadas ao MST.

No período entre a invasão e a divulgação na TV, o Palácio do Planalto conseguiu “matar” a CPI, ao comandar uma operação de retirada de assinaturas. Mas, com a divulgação das cenas da depredação nesta semana, ruiu a estratégia do governo, que contara com a bênção do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

Presidente classifica ação do MST de vandalismo – Maria Lima e Luiza Damé – O Globo – O País – 10/10/2009

Lula lembra que o país tem Constituição e leis a serem cumpridas e diz que destruição na fazenda não tem justificativa **Maria**

BRASÍLIA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva condenou ontem a ação do Movimento dos Sem Terra (MST), que derrubou milhares de pés carregados de laranjas na fazenda do grupo Cutrale no interior de São Paulo. Para Lula, o MST cometeu um ato de vandalismo e não uma manifestação: — Todo mundo sabe que sou defensor das lutas sociais deste país, das lutas para que o povo se manifeste.

Entre uma manifestação reivindicando alguma coisa e aquela cena de vandalismo, obviamente que eu não posso concordar com aquilo. Não tem explicação para a sociedade você derrubar tantos pés de laranja para mostrar que está reivindicando. Pode demonstrar sem fazer destruição.

Lula ressaltou que o país tem Constituição e leis que devem ser cumpridas: — Se estiver dentro da lei, pode fazer qualquer coisa. Se não estiver, vai pagar o preço por fazer.

A polícia em Borebi, cidade no interior paulista onde fica a fazenda parcialmente destruída pelo MST, ouviu ontem integrantes do movimento e funcionários da Cutrale, empresa responsável pela área. Um dia depois de anunciar que deve pedir a prisão temporária de pelo menos sete sem-terra, os policiais estiveram em acampamentos na região para tentar identificar de onde teria partido a ordem para danificar a propriedade.

Ao desocupar a área, as mais de 300 famílias se juntaram a outros integrantes do MST assentados em duas fazendas, nas cidades de Iaras e Agudos. Os semterra são acusados de destruir ao menos 28 tratores, pichar caminhões e paredes, arrombar armários e roubar móveis.

O delegado de Borebi, Jader Biazon, conversou ontem com líderes sem-terra. Ele deverá indiciar parte do grupo pelos crimes de invasão de propriedade, formação de bando ou quadrilha, furto e danos ao patrimônio.

A fazenda Santo Henrique tem 2,7 mil hectares e há anos é alvo de disputa jurídica entre a Cutrale e o Incra, que argumenta se tratar de área da União. Ao conceder quarta-feira reintegração de posse à empresa, o juiz Márcio dos Santos, da 2ª Vara de Lençóis Paulista, informou que sua decisão se referia apenas ao pedido para que o MST deixasse a área. A discussão sobre a propriedade da fazenda está na esfera federal.

A direção nacional do MST tem evitado comentar a denúncia de depredação. Por meio da assessoria de imprensa, informa que a polícia e os funcionários da Cutrale teriam armado a versão de que o MST é responsável pelo quebra-quebra. O movimento nega as acusações de depredação e furtos na fazenda.

Em nota divulgada ontem, afirmou que, quando as famílias da ocupação saíram das terras, não havia sinais de depredação

Alimentação e acesso à terra serão alvo de relator da ONU - Assis Moreira, - Valor Econômico – Agronegócios - 13/10/2009

O relator especial da Organização das Nações Unidas para o direito à alimentação, Olivier de Schutter, conhecido por seus ataques à produção de etanol, visitará o Brasil na semana que vem.

O objetivo da visita, segundo a ONU, é examinar como anda a discussão no país sobre a inclusão do direito à alimentação na Constituição. "A adoção desse tipo de emenda confirmará a liderança do Brasil na implementação legal do direito à comida", afirma o relator em comunicado divulgado pela ONU.

No entanto, Schutter quer também "identificar" como funcionam as políticas brasileiras de estímulo à agricultura familiar e o impacto "da agricultura exportadora, e da produção de etanol em particular, sobre a redução da pobreza nas áreas rurais". Em um aviso ao Brasil, a ONU diz que o relator, em visita a outros países, deu "especial atenção a questões de acesso à terra e concentração agrária".

Schutter é um relator independente, que não reflete a visão dos países da ONU em geral. Sua acusação de que a produção de etanol gera insegurança alimentar e ajudou para o recorde dos preços dos alimentos há dois anos é analisada com nuances pela FAO, agência da ONU para alimentação e agricultura - que faz distinção entre o biocombustível produzido com milho e o derivado da cana.

Áreas do Terra Legal serão monitoradas - Sítio Eletrônico do MDA - 14/10/2009

Ao implementar uma vigilância por satélite na Amazônia Legal, o Programa Terra Legal irá proporcionar não só a segurança jurídica dos posseiros que ocupam as terras de boa fé, mas identificar claramente os que promovem a devastação da região. Além de uma base de dados dos ocupantes com nome, endereço, RG, CPF, cônjuge e a localização exata da área, que farão, obrigatoriamente, parte do documento de titulação da posse, o Terra Legal terá à sua disposição imagens analisadas pelo Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), órgão ligado à Casa Civil da Presidência da República.

O resultado é a ação imediata e pontual sobre as propriedades que não estiverem cumprindo as cláusulas contratuais de preservação do meio ambiente e da função social da terra. "Se for identificado o descumprimento da cláusula ambiental, a ausência da cultura efetiva ou se os titulados não estiverem vivendo na terra, o posseiro poderá perder o título ", salienta o coordenador do Terra Legal, Carlos Guedes.

A cada três meses, o Sipam vai gerar informações georreferenciadas que serão repassadas à coordenação nacional do Terra Legal sobre a existência de focos de calor ou desmatamento nos imóveis titulados. A partir dessa informação, o Terra Legal acionará os órgãos ambientais e realizará fiscalização nos imóveis apontados pelos alertas do Sipam. "Caso sejam identificadas situações anormais, como focos de queimada, o Sipam poderá gerar relatório extraordinário e o Terra Legal entra em campo imediatamente", ressalta Guedes.

Com isso, a cada período de 12 meses será gerado um levantamento completo que permite o mapeamento atualizado das terras públicas federais, sua destinação e a evolução das ocupações. Um exemplo disso está no sudoeste paraense, o município de Novo Progresso, onde foram realizadas, no último dia 9, a entrega dos primeiros 232 títulos de propriedades pela coordenação do Terra Legal.

Inteligência

tecnológica

O acervo histórico de imagens da Amazônia Legal que compõe a base de dados do Sipam permitirá à coordenação do Terra Legal Amazônia traçar um perfil da ocupação sistemática da região. "O padrão de desmate passou a ser fragmentado. Para evitar a fiscalização, os posseiros deixaram de desmatar áreas contínuas e de abrir grandes clareiras na floresta", explica o diretor de Produtos do Sipam, Wougran Galvão.

Para combater essa nova forma de burlar a fiscalização, o Sipam utilizará as suas aeronaves de sensoriamento remoto, em parceria com a Aeronáutica, e o sensoriamento remoto orbital. Além disso, o Sipam vai utilizar os seus meios de inteligência tecnológica, como a mineração de dados, para identificar possíveis fraudes. Todas essas informações serão cruzadas para monitorar as glebas e os lotes individualizados. "Identificada qualquer suspeita de desmatamento, mineração ou focos de calor, serão feitas missões de fiscalização no lote individualizado ou na gleba", diz Galvão.

Radars

Para monitorar a continuidade das ações de regularização fundiária preconizadas pelo

Terra Legal, o Sipam possui três aeronaves com radares: Imageador Multiespectral (MSS), Radar de Abertura Sintética (SAR) e Sensor Ótico e Infravermelho (OIS).

Esses radares permitem a obtenção de imagens que atravessam as nuvens, a realização de operações noturnas e a obtenção de imagens com resolução espacial que permitem visualizar detalhes da feição do terreno. Em 2008, o Sipam iniciou o mapeamento por imagens de 36 municípios que mais sofreram a ação do desmatamento na Amazônia.

Nesse ano, o Sipam continuou a ação que se estendeu por mais sete municípios que compõem a região do Arco Verde. A intenção é controlar o desmatamento na região que abrange os estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Amazonas e Maranhão e realizar ações de fiscalizações.

Mas não é só do espaço que vêm as informações que direcionam as metas do Terra Legal Amazônia. A área de Inteligência do Sipam permite cruzar as informações do cadastro com as imagens espaciais e os dados terrestres de alta precisão. A utilização do GPS na etapa de georreferenciamento das áreas cadastradas pelo Programa é uma importante ferramenta de checagem desses dados *in loco* para a formação de uma base cartográfica precisa da região. "Todos os níveis de apuração da ocupação da terra servem de parâmetro para a análise global de monitoramento a ser gerada anualmente", afirma Guedes.

A parceria do MDA com o Sipam facilita o trabalho de monitoramento. Nos Centros Regionais do Sipam em Porto Velho, Manaus e Belém, funcionam as coordenadorias regionais do Terra Legal, além de Brasília, que sedia a coordenação nacional.

Lábrea Legal marca novo modelo de legalização fundiária – Sítio Eletrônico do MDA - 14/10/2009

O Programa Terra Legal chega a Lábrea, no sul do Amazonas, nesta quinta-feira(15). Uma das principais ações do maior programa de regularização fundiária promovido pelo Governo Federal é ordenar a ocupação fundiária na região. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Terra Legal visa ainda enfrentar a grilagem e encerrar os conflitos agrários que se estendem há décadas no município.

O município localizado na área de influência da BR 319 - a rodovia que liga Manaus a Porto Velho, considerado o "ponto final" da Rodovia Transamazônica -BR 230, passa por intenso processo de ocupação por conta da reativação do sistema rodoviário. A situação exigiu da coordenação do Terra Legal Amazônia uma proposta específica para a região, denominada "Operação Lábrea Legal".

O Terra Legal em Lábrea será efetivado com a sincronização de todos os órgãos que tenham responsabilidade fundiária no município. Coordenada pelo MDA e pelo Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), a Operação Lábrea Legal conta com a participação do Incra, do ICMBio, do Serviço Florestal Brasileiro, da Funai e do Instituto de Terras do Amazonas (Iteam), além dos movimentos sociais.

A operação de campo iniciada em Lábrea é o ponto mais importante na identificação de

terras a serem arrecadadas pela União e dos respectivos posseiros que as ocupam. A Operação foi realizada a partir da localização estratégica do município situado às margens da BR 319, e da área de fronteira da Amazônia Legal. "O sul de Lábrea é uma área de confluência de problemas, não vamos fazer o ordenamento agrário de qualquer forma. As populações tradicionais são prioridade, não há mais espaço para aventureiros nem para grileiros", afirma Shirley Abreu, da coordenação nacional do Terra Legal.

Participação

Social

Com uma área de 68,5 mil km², Lábrea representa um desafio à legalização tanto pela extensão territorial quanto pelo histórico de grilagem. Para auxiliar na salvaguarda das populações tradicionais, o Terra Legal conta com a participação dos movimentos sociais na identificação, por exemplo, das posses em comunidades extrativistas e ribeirinhas.

O Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) é a primeira entidade social oficialmente cadastrada como parceira do Terra Legal. O CNS atua na identificação das populações extrativistas e também está apto, por meio da Secretaria de Agricultura Familiar - SAF/MDA, a expedir as Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP). Com ela, os agricultores familiares, ribeirinhos e extrativistas beneficiados pelos Terra Legal passam a acessar créditos e políticas públicas de incentivo à produção.

Em Lábrea, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais auxilia na mobilização das famílias que vivem nas localidades do Km 24, Km 26, Km 12, Flexal, Tauaruã, Praia do Peão, Novarizonte, Capiã, Praia de Lábrea, Praia do Gado e Praia do Maciari. "Aqui devemos ter pelo menos 1,5 mil famílias para fazer o cadastramento", estima o presidente do Sindicato, Severiano Lopes Uchoa. Juntamente com o CNS e o Sindicato dos trabalhadores Rurais, o Terra Legal em Lábrea ainda conta com a parceria da Comissão Pastoral da Terra -CPT.

Grilagem

na

Internet

Uma das primeiras ações a ser implementada pela coordenação nacional do Terra Legal é a interpelação judicial de sites que atuam como mediadores na compra e venda de terras na região. Por meio da Procuradoria Federal do Incra, o Terra Legal vai cobrar esclarecimentos na justiça sobre esses anúncios postados em sites de negócios imobiliários que oferecem, ilegalmente, propriedades "tituladas" localizadas em terras públicas. Algumas com extensão de até 70 mil hectares. "Não existem áreas dessa dimensão cadastradas pelo Incra. Todas as 120 propriedades localizadas em Lábrea, juntas, somam 227 mil hectares, segundo os dados do Serviço Nacional de Cadastro Rural", alerta o coordenador nacional do Terra Legal Amazônia, Carlos Guedes.

Disputa de modelos agrícolas – Jornal Brasil de Fato – Sítio Eletrônico do MST – 15/10/2009

O censo agropecuário de 2006, divulgado recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), põe uma luz sobre os dois modelos agrícolas em

disputa hoje no nosso país. Nele está evidenciado que: a agricultura familiar, ocupando apenas 24% da área agrícola, produz 38% da riqueza desse setor produtivo; emprega 75% da mão de obra no campo; responde por 87% da produção nacional de mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos.

Do outro lado, a agricultura não familiar, o chamado agronegócio, representa apenas 15,6% do total dos estabelecimentos agrícolas, mas monopoliza 75,7% da área agrícola e impõe ao país um modelo, há cinco séculos, centrado na grande propriedade, na monocultura extensiva e no interesse de atender o mercado externo. Se é verdade que o setor agroexportador é responsável por um significativo saldo na balança comercial, é impossível ignorar a que custos – econômicos, sociais e ambientais - essas divisas externa são obtidas. A depredação ambiental, trabalhadores mantidos em regime de semi-escravidão, concentração da renda e da riqueza, anistia das dívidas dos ruralista há cada cinco anos, expulsão de milhares de famílias do campo, são apenas alguns exemplos do que nos custa a manutenção do modelo do agronegócio.

Um modelo agrícola que tem, num dos seus alicerces de sustentação, a violência contra os trabalhadores que ousam se contrapor a essa forma de produzir no campo. Já na República Oligárquica (1889 – 1930), a questão social era caso de polícia, nas melhores terras não se podiam plantar alimentos, as melhores terras destinadas apenas para o plantio do café para exportação, a população pobre do campo era vista como jecas tatus, merecedores apenas de um sentimento de pena e de ações assistencialistas. Mas o criador do Jeca, Monteiro Lobato, soube identificar a causa da pobreza e da ignorância do seu personagem: os vermes que o jeca tinha na barriga, a elite os tinha na cabeça, sentenciou o escritor.

O golpe militar de 1964 não poupou forças para reprimir e extinguir os movimentos populares do campo, da década de 50, que passaram a exigir “reforma agrária na lei ou na marra”. A ditadura militar liquidou com os movimentos organizados dos trabalhadores e iniciou-se, logo a seguir, o período histórico em que houve o maior número de assassinatos de trabalhadores rurais, agentes, pastorais, presidentes dos sindicatos de trabalhadores rurais, padres, freiras e advogados que se posicionaram a favor da reforma agrária e da causa da agricultura familiar. A violência dos coturnos dos quartéis, associada com a certeza da impunidade dos crimes cometidos pelo braço armado do latifúndio, assegurou que a agricultura brasileira fosse modernizada, mantendo intocável suas estrutura fundiária.

A partir dos anos 1990, com as transformações ocorridas na economia capitalista, sob o rótulo do neoliberalismo, as os grupos agro-industriais transnacionais e o capital financeiro tomaram conta agricultura brasileira, de olho em nossas reservas de riquezas naturais e dos enormes lucros decorrentes da exportação dos produtos primários brasileiros. Mas os métodos para enfrentar os que se opõem, não mudaram. Apenas receberam uma aliada, a mídia. É necessário, perseguir, criminalizar e, se possível, extinguir os que ousam se opor ao agronegócio e defendam a agricultura familiar e a soberania alimentar do nosso país e, principalmente, quem ousa organizar os pobres do campo.

A forma como a mídia tratou os acontecimentos da ocupação da fazenda da agro-indústria Cutrale, em São Paulo, só pode ser compreendida dentro dos marcos de disputas desses dois modelos de agricultura. Os dados do censo agropecuário e o que representam, ficaram em segundo plano. Montou-se um aparato midiático para impactar a sociedade com imagens que, de acordo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foram fabricadas para tal objetivo. A chamada grande mídia eximiu-se do dever de informar a sociedade. Tomou partido e, ainda de acordo com o MST, foi conivente com uma farsa montada para criminalizar as famílias que acamparam naquela fazenda.

Em nota divulgada, o MST afirma que não promoveu a depredação na fazenda e muito menos tocou nos pertences e nas moradias dos trabalhadores que residem na área. A nota faz alguns questionamentos, com a versão insistentemente vinculada na mídia, que qualquer jornalismo sério e comprometido coma verdade faria: a Polícia Militar de SP não tem nenhuma imagem filmada da depredação? Como seria possível desmontar os tratores, como foram apresentados, não tendo equipamentos necessários para isso? Como seria possível furtar 15 mil litros de combustíveis, escoltados pela PM e sendo transportados em cima de uma carroceria de caminhão? Por que tendo recebido imagens da destruição dos pés de laranja ainda no dia 28 de setembro, somente no dia 5 de outubro a Rede Globo resolveu exibi-las? Por que os integrantes do MST foram impedidos de acompanhar a entrada da PM na fazenda, logo após a saída das famílias acampadas? O que realmente aconteceu na fazenda após a saída das famílias acampadas? Apenas uma comissão independente, como exige o próprio MST, poderá dar respostas à essas perguntas.

Para completar o espetáculo circense, os três parlamentares, paladinos do atraso, defensores do latifúndio, entraram imediatamente em cena para tentar constituir uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra o MST. O deputado federal do

Demo-GO, Ronaldo Caiado, chegou a dizer que essa CPI é para averiguar se o MST recebe dinheiro do governo para repassar à candidatura da ministra Dilma Rouseff. Nada pode ficar mais evidente, no ato falho do parlamentar Caiado.

Esperamos que retorne o debate sobre qual o modelo de agricultura que interessa ao povo brasileiro. Certamente a escolha recairá sobre uma agricultura que garanta a produção de alimentos saudáveis, assegure a preservação ambiental e promova a distribuição da riqueza e renda produzida. Conquistas – para a sociedade – incompatíveis com o modelo de agricultura do agronegócio.

Para relator da ONU, direito à alimentação passa por acesso a terra – Sítio eletrônico do MST – 15/10/2009

Durante três horas, o relator da ONU para o Direito à Alimentação, Olivier De Schutter, pôde presenciar a realidade de um assentamento da Reforma Agrária. A visita ao assentamento Eldorado dos Carajás, em Unaí (MG) fez parte da agenda do relator que, segundo a comitiva que o acompanha, quis conhecer experiências de produção e de estímulo à agricultura familiar como formas de garantir o direito humano à alimentação.

Ao chegar ao assentamento, o relator explicou qual o motivo de sua estada no Brasil. Segundo ele, um relatório será elaborado para as autoridades internacionais, tendo por base a visita a vários países, com recomendações aos mesmos para a melhoria do acesso à alimentação. De acordo com De Schutter, a questão da terra é central para o acesso ao alimento. “O direito ao alimento tem a ver em se alimentar, produzindo a própria comida. E isso significa ter acesso a terra, à água e às sementes”, explicou aos assentados.

Eldorado dos Carajás possui 1.614 hectares, sendo que 1.114 hec são de reservas permanentes e ambientais. No total, vivem 36 famílias; cada uma tem direito a 10 hec para o trabalho individual e 3 hec para o trabalho coletivo. Todos sobrevivem através da plantação de hortas e frutas do cerrado e da criação de pequenos animais. Detalhes sobre a produção, respeito ao meio ambiente, benefícios governamentais para o desenvolvimento da terra, além de acesso à educação e à saúde foram solicitados às famílias, que aproveitaram para denunciar a demora da aprovação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, emperrado pelo Incra.

“Há dois anos estamos pendentes neste plano, que inclui crédito para a moradia, para a plantação, dentre outros, e sempre recusam o projeto. Pedimos ajuda de técnicos,

ou ao menos que nos falassem todas as deficiências para que não ficássemos nesse vai e volta”, disse Vilmar Alves Mota , o Parazinho, um dos moradores de Eldorado.

Concentração de Terra

Os recentes dados do IBGE, divulgados em 30/9, que mostram um agravamento da concentração de terras nos últimos 10 anos, parece ter preocupado o relator da ONU. Segundo De Shutter, apesar da Constituição de 88 ter disposições para que haja o progresso na distribuição mais igualitária da terra, o movimento contrário é preocupante. “Com a política mais recente da produção de cana-de-açúcar para bicompostíveis, essa tendência a concentração de terra só faz crescer”, completou.

O IBGE apontou que as pequenas propriedades (com menos de 10 hectares) ocupam apenas 2,7% da área ocupada por estabelecimentos rurais. Já as grandes propriedades (com mais de 1000 hectares) ocupam 43% da área total. No entanto, as pequenas propriedades representam 47% do total de estabelecimentos rurais, enquanto os latifúndios correspondem a apenas 0,91% desse total.

Qual é a questão agrária atual? – Guilherme Delgado – Sítio Eletrônico do MST – 16/10/2009

Problemas agrários e conflitos sociais envolvendo populações rurais são tão antigos no Brasil quanto a História Colonial, iniciada pela ocupação das terras e escravização das populações indígenas. Nessa época a violência e o escravismo da população rural originária e daquela trazida da África caracterizavam a própria índole do projeto colonial.

Por outro lado, uma questão agrária nacional, caracterizada como um problema político em aberto na agenda política do Estado brasileiro é bem mais recente – anos 60 do século XX. Nesse interregno de meio século houve, sob signo da mudança da estrutura agrária, muita pressão, conflito, repressão e alguma alteração formal no estatuto do direito da propriedade fundiária. O Estatuto da Terra de 1964 e a Constituição Federal de 1988 são expressão dessa mudança formal no princípio jurídico da terra como bem social e não como bem de mercado, como assim estabelecia a Lei de Terras de 1850. Mas somados os 45 anos de vigência conjunta, seja do Estatuto da Terra, seja da Constituição de 1988, constata-se que substantivamente não houve mudança no direito agrário.

Esse divórcio da política agrária relativamente aos fundamentos do direito agrário não é efeito sem causa. Reflete uma estratégia privada dos grandes proprietários fundiários, associados ao grande capital e ao Estado, produzindo e reproduzindo no Brasil a chamada “modernização conservadora” da agricultura, no âmbito da qual se nega peremptoriamente a existência de uma questão agrária nacional.

O fato, empiricamente indiscutível, de prevalecer uma estrutura agrária altamente concentrada, calcada em direitos de propriedade que se arrogam absolutos, tem consequências sociais, ambientais e políticas perversas para a maioria da população rural e para país como um todo. Mas sua conversão em “Questão Agrária” requer explicitação do que e de quem estarão implicados nesta problemática.

Questão agrária atual

A primeira e principal demarcação do problema em foco coloca-se sob a perspectiva desigual de como são afetados pela estrutura agrária atual – os proprietários da riqueza social, os trabalhadores e a sociedade brasileira em seu conjunto.

No passado (anos 60), a esquerda partidária (Partido Comunista) defendia a tese de que a estrutura agrária brasileira constituía obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo na agricultura. Essa tese tinha por referencial o capital e não o trabalho como cerne da questão agrária. A história do último meio século, sob a égide da “modernização conservadora”, é bastante elucidativa para desmenti-la.

Por outro lado, se a leitura do problema é feita sob a perspectiva do mundo do trabalho rural e do conjunto da sociedade brasileira, haverá sim uma questão agrária em aberto em pleno século XXI, com tendência de se agravar no tempo. O cerne da questão é precisamente a implicação negativa da “modernização conservadora” (mudança técnica sem mudança na estrutura agrária) para a ocupação dos trabalhadores e agricultores familiares, para o manejo ecologicamente sustentável do meio ambiente e para a distribuição da renda e da riqueza geradas no espaço rural. Tudo isto tem significado social concreto: relações sociais civilizadas ou o império da barbárie dos “donos do poder” e da riqueza territorial.

No século XXI, a política de modernização técnica da agricultura, sem mudança na estrutura agrária, agora etiquetada de agronegócio, ganha reforço a partir da crise cambial de 1999, que aprofunda o processo de “primarização” do comércio exterior brasileiro. Nesse contexto, relança-se a tese da exportação de “commodities” a qualquer custo (soja, milho, carnes, açúcar, etanol, celulose de madeira, matérias primas minerais etc), como via de escape ao déficit cumulativo e crescente da Conta de Transações com o Exterior. O aparente sucesso desta tese, com a reversão do déficit entre 2003 e 2007

esconde o fato notório do seu recrudescimento e agravamento a partir de 2008, puxado pela remessa de rendimentos do capital estrangeiro. Este, aqui ingressou e continua a ingressar, sob o abrigo da liberalização financeira, permitindo até que se formassem “Reservas Externas”, ao custo de uma acentuada elevação das “Remessas de Rendimentos”. Mas continua em vigência o regime de primarização do comércio exterior, impelido pela liberalização financeira, calibrando a aliança do grande capital, da grande propriedade fundiária e do Estado para um projeto sem futuro para o Brasil.

Os indicadores de agravamento da questão agrária

Os indicadores de avanço das exportações primárias dos últimos oito anos revelam crescimento forte dos produtos “básicos” e “semi-elaborados”, que representando 44% da pauta de exportações entre 1995 e 1999, saltam para 57% em 2008. Medidas em dólares correntes essas exportações primárias aproximadamente quadruplicam no período em exame. Praticamente no mesmo período o Censo Agropecuário de 2006, confrontado com o Censo de 1996, revela aumento dos índices de concentração fundiária e redução de 7,6% no pessoal ocupado na agricultura. Este último dado, também levantado pelo IBGE, anualmente, por meio das Pesquisas por Amostragem de Domicílios, confirma continuamente neste decênio a redução do emprego rural, “pari-passu” a extensiva expansão das ‘commodities’.

O indicador de desmatamento florestal, inevitável com a acelerada expansão da pecuária e das “commodities” agrícolas, aparece periodicamente nas imagens de satélite, suscitando aceso debate entre ambientalistas e ruralistas, que, contudo, não vai às causas do problema.

Há vários outros indicadores afetados pela atual expansão agrícola acelerada— aumento da grilagem de terras, agora amparada por favores oficiais; perda de eficácia do manejo e conservação dos recursos hídricos; perda de biodiversidade em razão da expansão da monocultura. Mas é principalmente o aumento da morbidade face ao rápido aumento das doenças laborais e a violência que permeia as relações semi-clandestinas de trabalho volante os focos dos indicadores mais perversos desse processo de expansão agrícola.

Todos esses indicadores de uma questão agrária politicamente incidente sobre o mundo do trabalho, o meio ambiente e a sociedade em geral, praticamente não repercutem na agenda do Congresso Nacional, nem nas pautas da grande mídia. Ao contrário, cogita-se mesmo é de retroceder a aplicação dos dispositivos constitucionais que prevêm a observância do “Grau de Utilização” das terras, conforme a atual Lei

Agrária de 1993, a prevalecer o Projeto de Lei da Senadora Katia Abreu, já aprovado na Comissão de Agricultura do Senado.

Há certa nostalgia no agir político da nossa elite ruralista relativamente às práticas “normais” do estatuto colonial. Tratam a sociedade brasileira como uma grande barbárie em pleno século XXI, sob cumplicidade ou omissão de muitos que perderam a esperança.

(*) *Economista e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).*

Professor pede distinção entre produtividade e produtivismo – Sítio Eletrônico do MST – 20/10/2009

A distinção jurídica entre produtividade e produtivismo foi um dos assuntos apresentados pelo advogado, professor de direito e procurador aposentado Jacques Távora Alfonsin, durante seminário Incra 40 anos: Reforma Agrária, Direito e Justiça, realizado no último dia 16 de outubro, em Recife (PE).

Para ele, o Judiciário precisa considerar os dois princípios nas questões fundiárias sobre a posse e a propriedade da terra. "O produtivismo é justamente aquele que, fazendo da terra mercadoria, não se interessa nem pela sua morte, o que ele quer é apenas a mercadoria", disse. E citou o exemplo do plantio de eucalipto no sul do Brasil. "Daqui a oito anos, colhidos os eucaliptos, aquilo vai transformar a terra praticamente em um deserto", sentenciou. Já a produtividade, para Alfonsin, é aquela prevista na Constituição Federal, com respeito a terra e ao meio ambiente, considerando o cumprimento da função social.

Reforma agrária

O professor apresentou o painel Tutela judicial da função social da posse e da propriedade, voltado aos operadores do direito, como promotores e juízes, que discutiu a falta de aplicação do direito agrário e o comportamento dos movimentos sociais do campo. Sobre reforma agrária, Alfonsin a considerou como política capaz de fazer a transformação total da sociedade. "A reforma agrária lida com o bem da vida. Ela não quer mais do que vida para todos, pois terra para todos é sinônimo de vida para todos", declarou.

No aspecto jurídico, Alfonsin condenou a separação entre o que se vê na letra da legislação com a prática do Judiciário e Ministério Público quando o assunto é direito

de posse e reforma agrária. "A teoria possessória diz que a posse é direito humano fundamental, alimentação e habitação só são possíveis com posse". Mas os doutrinadores, segundo o advogado, sempre se referiram a propriedade como elemento que assegura a posse. "Nunca a posse foi explicada como direito humano fundamental, necessário a manutenção da vida. Ela sempre foi introjetada como exclusivamente poder de fato".

Alfonsin completou dizendo que a pobreza viola os direitos humanos, mas é considerada uma fatalidade por muitos setores para negar a necessidade de políticas como a reforma agrária. "Para eliminar a visão do trabalhador rural pobre, que não tem onde comer e morar, se recorre à cortina da inexistência, fazendo-os desaparecer socialmente. E para eliminar aquilo que seria a chance desse trabalhador chegar aos bens da vida, se elimina a posse como direito fundamental".

Papel do Judiciário

A aplicação dos dispositivos legais também foi objeto de reflexão por Alfonsin. Ele citou o artigo 2º do Estatuto da Terra, que assegura a todos a oportunidade de acesso a propriedade da terra. Como provocação teórica, ele perguntou: "está escrito na lei que é o acesso a propriedade, condicionada por sua função social e não o direito a propriedade. Tem algo mais claro do que isso? Como um juiz nunca lê uma coisa dessas?".

Segundo Alfonsin, se por um lado esse termo passa despercebido aos olhos do Judiciário, existe outro que sempre é levado em consideração para defender os interesses do proprietário, que é o desforço imediato, artigo 1.210 do Código Civil. Trata-se do direito de reagir pela própria força de imediato, válido para quem tem os bens violados. Para o advogado, o desforço imediato da dignidade humana também existe no Código Civil, artigo 188 e serve para exemplificar as ações de movimentos sociais. "Não constitui atos ilícitos a deterioração, destruição da coisa alheia ou a lesão pessoa a fim de remover perigo iminente. Pergunto: haverá perigo mais iminente do que a fome a falta de teto?".

"MST vai às ruas para garantir novos índices" – Sítio Eletrônico do MST – 20/10/2009

Confira a íntegra da entrevista cedida por **João Pedro Stedile** ao *Jornal do Brasil* e publicada em 18/10. Na entrevista, o integrante da coordenação nacional do

MST fala sobre a derrubada dos pés de laranja da Cutrale, a ofensiva da bancada ruralista no Congresso e os índices de produtividade.

O governo deve tomar uma decisão em breve sobre os novos índices de produtividade para as grandes propriedades rurais. Que impacto a mudança pode provocar na estrutura fundiária?

O impacto é pequeno. Mesmo assim, os latifundiários, o agronegócio e a mídia conservadora não admitem que se cumpra a Lei agrária, que determina a atualização regular dos índices de produtividade. Os dados utilizados atualmente são de 1975. Por que eles têm tanto medo? Fora isso, não basta apenas atualização dos índices para fazer a Reforma Agrária. É preciso mudar o modelo agrícola e cumprir a Constituição, que determina que sejam desapropriadas as grandes áreas que não tem função social e não cumprem a lei trabalhista, agridam o ambiente e estejam abaixo da média da produtividade. O censo do IBGE concluiu que temos menos de 15 mil latifundiários com áreas maiores de 2.500 hectares, com um total de 98 milhões de hectares. É muita terra nas mãos de pouca gente, que nem mora no campo.

O MST está confiante numa decisão favorável à revisão dos índices, ou há o receio de que o governo recue do compromisso assumido? Como o senhor imagina que o governo vai administrar a resistência do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes?

Quando o governo fez o anúncio da atualização dos índices, já sabia da reação dos setores conservadores e da posição do ministro do agronegócio. Não é uma surpresa. Quem ganhou a eleição foi o Lula, não o ministro. Não acreditamos que o governo volte atrás. A mudança dos índices é uma reivindicação dos camponeses e dos setores progressistas da sociedade. Somente com a força do apoio popular ao governo Lula poderão ser modificados. E estamos atentos e vamos voltar às ruas para denunciar a ofensiva do latifúndio e garantir a atualização dos índices.

De que maneira o fato do governo oscilar politicamente entre o agronegócio e a agricultura familiar afeta as ações do MST? E como o senhor resumiria a visão que o MST tem hoje do que foram esses sete anos de governo Lula? Qual é o aspecto mais positivo e qual o mais negativo?

Infelizmente, o governo não fez a Reforma Agrária e perdemos mais uma oportunidade histórica. O censo agropecuário demonstra que aumentou a concentração de terras no Brasil, que é líder nesse vergonhoso ranking mundial. Temos famílias acampadas há seis anos. O governo é de composição de interesses, sob hegemonia dos bancos, das transnacionais e do agronegócio. A agricultura familiar e camponesa é mais

eficiente, produz alimentos em menor área, gera mais empregos, embora receba menos recursos do que o agronegócio.

A repercussão da destruição de parte do laranjal na área ocupada pela Cutrale e a conjuntura podem impor alguma mudança de tática do MST? O movimento repetiria ou manteria a decisão as ações nas mãos de quem está no local?

A repercussão foi negativa. Foi uma manipulação midiática e ideológica, a partir de uma atitude desesperada das famílias acampadas. Viver em um acampamento por anos e anos leva a uma situação limite. Há muitos vandalismos que o agronegócio e o latifúndio cometem que são consentidos pela mídia. Não podemos aceitar o vandalismo do agronegócio de usar 713 milhões de litros de venenos agrícolas por ano, que degradam o ambiente, envenenam as águas e os alimentos. Depois de diversas ocupações na fazenda da Cutrale, conseguimos denunciar que a maior empresa do setor de suco de laranja do mundo usa um artifício arcaico da grilagem de terras. Por conta do monopólio da Cutrale no comércio de suco e da imposição dos preços, agricultores que plantam laranjas foram obrigados a destruir entre 1996 a 2006 cerca de 280 mil hectares de laranjais.

A ação contribuiu para aumentar o apoio de parlamentares à CPI do MST? Como o movimento reagirá à sua possível instalação? O senhor teria algum problema para comparecer ao Congresso e prestar esclarecimentos?

Essa CPI é contra o MST. A Rede Globo forjou um escândalo contra a Reforma Agrária. As imagens foram utilizadas pela direta, pela bancada ruralista e pela mídia para desgastar o MST e forçar uma CPI que já tinha sido derrotada. Já foram criadas as CPI da Terra e das Ongs contra o nosso movimento, com investigações exaustivas sobre os temas requestrados atualmente. Podemos prestar todo e qualquer esclarecimento. Já existem instituições que fazem o controle dos convênios do governo com entidades da Reforma Agrária, como o CGU, TCU e o MP. Esses parlamentares não confiam nesses órgãos? O tanto de CPI instaladas no último período levaram esse instrumento importante a uma banalização. A CPI contra o MST, por exemplo, tem motivação eleitoral. O demo Roberto Caiado, que é fundador da UDR, confessou que o verdadeiro objetivo da CPI é comprovar que o governo repassa dinheiro para o MST fazer campanha para a Dilma. Essa afirmação é no mínimo ridícula para qualquer sujeito bem informado, se não viesse de uma mente improdutiva e reacionária como todo latifúndio.

Qual a relação que o MST mantém com as ONGs que receberam verbas do governo e são apontadas como entidades de fachada do movimento?

As entidades da Reforma Agrária atuam em assentamentos do MST e de outros movimentos sociais e sindicais, prestam serviços nas áreas de produção agrícola, assistência técnica e educação. Contratam professores e agrônomos para atuar nos assentamentos. Fazem o papel que deveria ser do Estado. O Estado foi dilapidado pelo governo FHC, que inventou essa história de convênios com Ongs. Nós sempre defendemos que o Estado retome os serviços de natureza pública, tanto nos assentamentos como em todo país. Nunca utilizamos dinheiro público para fazer ocupação de terra. Os inimigos da reforma agrária atacam essas entidades porque querem que os assentamentos dêem errado. Se estão preocupados com o dinheiro público, por que não fazem investigações sobre os recursos destinados aos empresários do sistema S, do SENAR e SESCOOP? E essas feiras de agroexposição para fazer propaganda e tantos outros utilizados sempre em benefício do latifúndio e dos ricos? Você tem idéia de quanto o Tesouro Nacional paga por ano das diferenças de juros das renegociações de dívidas dos ruralistas? São mais de 2 bilhões de reais!

Como o senhor avalia a reação de autoridades do governo, especialmente do presidente Lula condenando e classificando o ato de "vandalismo"? Surpreendeu a maneira veemente como figuras que trabalham pela reforma agrária dentro do governo, a exemplo do ministro Guilherme Cassel e do presidente do Incra, Rolf Hackbart, criticaram a ação?

Nós também condenamos vandalismo. O presidente Lula e os ministros não tinham conhecimento da versão das famílias acampadas e do ministro de Segurança Institucional general Félix. As famílias nos disseram que não roubaram nem depredaram nada. Da saída das famílias até a entrada da imprensa, o espaço da fazenda foi preparado para produzir imagens de impacto. A direita utilizou repetidamente por meio da mídia as imagens contra a Reforma Agrária. Não vimos nunca a imprensa denunciar a grilagem nem a super-exploração que a Cutrale impõe aos agricultores. O vandalismo da violência social nas grandes cidades provocadas pelo êxodo rural parece não escandalizar a mídia. Vocês do Rio não assistem os vandalismos provocados pelas forças de repressão em despejos de famílias sem teto. A polícia de São Paulo usou trator de esteira para destruir barracos em uma favela. Isso sim é vandalismo contra o povo brasileiro.

Que análise o senhor faz do censo agropecuário do IBGE?

É um retrato da realidade agrária brasileira, uma vez que os pesquisadores vão pessoalmente a todos os estabelecimentos agrários. Os dados demonstram o que já estávamos denunciando e sentindo no dia a dia: nos últimos dez anos, houve uma brutal

concentração da propriedade da terra no Brasil. As propriedades acima de mil hectares controlam nada menos que 43% de todas as terras do país. Já as propriedades com menos de 10 hectares detêm apenas 2,7% das terras. Por outro lado, comprovou que a agricultura familiar e camponesa emprega 75% da mão-de-obra e produz 75% de todos os alimentos, embora receba menos financiamento público. Demonstrou que o agronegócio é um modelo para produzir commodities, às custas da concentração de terras, do êxodo rural, do aumento da pobreza e do envenenamento dos alimentos e da nossa natureza. É um escândalo!

E da pesquisa da CNA/Ibop e sobre os assentamentos?

Foi uma pesquinhosha de opinião em nove assentamentos, que não tem relevância nenhuma. É uma perda de tempo. Nos surpreende o Ibope e a imprensa gastar tempo com isso. Um estudo relevante e necessário faria a comparação da situação de uma área antes e depois da criação do assentamento, mesmo nesse quadro desfavorável para a pequena agricultura e para os assentamentos.

Qual é a realidade dos assentamentos rurais em geral, em especial daqueles que resultaram da luta organizada pelo MST? Qual a maior dificuldade enfrentada hoje pelas famílias assentadas?

Muitos assentamentos ainda enfrentam muitas dificuldades nas áreas de infraestrutura pública e crédito para produção. No entanto, os assentados deixam de ser explorados, têm trabalho, comida e escola para os filhos. A maioria já tem uma casa própria melhor de quando eram sem-terra. A maior dificuldade é que os assentamentos sozinhos não se viabilizam, sem que haja uma prioridade para um novo modelo agrícola. Precisamos de um programa para a implantação de agroindústrias, na forma de cooperativas, para que se agregue valor e os trabalhadores aumentem a renda e dêem emprego aos jovens. É preciso construir escolas e capacitar professores em todos os níveis, para os jovens não irem para a cidade. É necessário um programa para o desenvolvimento de técnicas agroecológicas, que permitem aumentar a produtividade sem usar veneno, produzindo assim alimentos saudáveis e baratos para a cidade.

Entre os "presidenciáveis", quem mais agrada ao MST e seus militantes? Mais especificamente, a ministra Dilma Rousseff pode contar com o apoio do movimento em 2010? E a conjuntura política pós-Lula pode forçar alguma mudança tática do movimento?

Sempre preservamos a nossa autonomia. Os nossos militantes participam das eleições como cidadãos brasileiros. Claro que sempre votam em candidatos que sejam a favor da reforma agrária e de mudanças sociais. Nossa vontade política é impedir a

volta do neoliberalismo e discutir um projeto popular de desenvolvimento para o país, que faça mudanças estruturais para resolver os problemas do povo. Infelizmente, cada vez que chega o período eleitoral, a direita se assanha e passa usar todos expedientes para tentar impedir qualquer mudança.

Terra Legal combate comércio irregular de terras públicas – Sítio Eletrônico do MDA - 21/10/2009

O portal de negócios MF Rural será determinado a retirar anúncios de venda de terras públicas na Amazônia da internet. A Coordenação-Geral de Assistência Jurídica à Regularização Fundiária da Procuradoria Federal Especializada do Incra (CGF - PFE/Incra) encaminha uma ação inibitória nesta quarta-feira (21) à Justiça Federal em Marília (SP), onde está localizada a sede da empresa que hospeda os anúncios.

A Procuradoria Federal do Incra solicita a remoção dos anúncios, especialmente aqueles referentes aos municípios de Lábrea e Carauari no Amazonas, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil para cada anúncio irregular veiculado. A venda de terras públicas é considerada crime e os eventuais compradores nunca terão direito às áreas.

O coordenador-geral da CGF, procurador federal Bruno Portela da CGF diz que o portal MF Rural também será acionado para fornecer informações sobre quem anuncia as terras. "Além do site de negócios imobiliários, o autor dos anúncios também será considerado réu na ação". Nesse caso, uma das acusações que podem ser imputadas é a de estelionato.

A ação judicial dá início à operação da rede de inteligência fundiária do programa Terra Legal Amazônia. "Esta não é uma iniciativa contra um site específico. Continuaremos a investigar todos os sites que oferecem terras públicas na Amazônia", explica o coordenador-geral do Terra Legal, Carlos Guedes. A expectativa da coordenação do programa é buscar a colaboração dos gestores desses sites para chegar às pessoas diretamente envolvidas com a venda ilegal de terras.

Terra Legal: mais recursos, balanço e anúncio de metas – Sítio Eletrônico do MDA - 22/10/2009

Até o dia 9 deste mês o Programa Terra Legal Amazônia já entregou 232 títulos e cadastrou 11.308 ocupações em mais de 2 milhões de hectares de terra nos 120 dias de trabalho. Os cadastros foram feitos em 48 municípios com postos do Terra Legal, em cinco estados: Pará, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) vai aportar ainda em 2009 mais R\$ 15 milhões para fortalecer o trabalho e a base de dados dos institutos de terra estaduais. O Programa vai

receber propostas desses órgãos para o fortalecimento operacional.

O recurso será utilizado na digitalização dos acervos fundiários dos estados, na identificação ocupacional de terras públicas estaduais e no georreferenciamento dos perímetros das glebas e de parcelas dessas áreas.

As metas do Programa Terra Legal Amazônia para o próximo ano foram aprovadas nesta quarta-feira, 21, pelo Grupo Executivo Intergovernamental para Regularização Fundiária na Amazônia Legal (GEI). O Terra Legal espera fechar o primeiro semestre de 2010, com 50 mil posses cadastradas e georreferenciadas, em 99 municípios. As posses equivalem a 18 milhões de hectares nos nove estados da Amazônia Legal.

O perfil dos posseiros cadastrados revelou que 25% são mulheres e 45% nasceram na Amazônia Legal. Dos imóveis requeridos, 47% estão em Rondônia, 42% no Pará, 4% no Maranhão, 4% no Tocantins e 3% no Mato Grosso. Mais de 80% dos imóveis possuem área até quarto módulos fiscais e ocupam 36,6% dos 2 milhões de hectares cadastrados.

CPI do MST é criada para apurar repasses – O Globo – O País – 22/10/2009

Com a assinatura de 188 deputados e 35 senadores, foi criada a CPI do MST, para apurar supostas irregularidades em repasses de dinheiro público para a entidade.

Na primeira tentativa de instalar a CPI, o governo pressionou e 43 assinaturas foram retiradas.

CPI para investigar MST é criada no Congresso – Evandro Éboli – O Globo – O País – 22/10/2009

Na última hora, governistas tiraram 23 assinaturas, mas oposição apresenta mais 68 e consegue o número mínimo

A CPI do MST foi criada ontem com a leitura do requerimento da oposição que pretende investigar repasse de dinheiro público para a entidade.

Os ruralistas conseguiram assinaturas suficientes de deputados e de senadores para apresentar o pedido. O governo teria até a meia-noite de ontem para convencer parlamentares a retirar assinaturas. Às 23h50m, faltando dez minutos para o fim do prazo, os deputados Maurício Rands e Doutor Rosinha, ambos do PT, ainda entregaram um documento informando que 23 deputados da base aliada retiravam suas assinaturas.

Mas, logo em seguida, ainda dentro do prazo, os oposicionistas Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Onyx Lorenzoni (DEM-RS), autores do pedido de criação da CPI, apresentaram mais 68 assinaturas de deputados, e o requerimento passou a contar com 210 assinaturas. Com isso, já no início da madrugada de hoje, a Mesa Diretora do Congresso decretou a derrota dos governistas e confirmou a criação da CPI.

Para apresentar o requerimento, são necessárias 171 assinaturas de deputados e de 27 senadores.

Ao todo, 35 senadores assinaram o requerimento, e nenhum deles voltou atrás.

Esta é a segunda tentativa da oposição de investigar o MST.

No início de outubro, 43 deputados da base aliada retiraram seus apoios depois de terem sido pressionados pelo governo.

Desde cedo, deputados da oposição apostavam ontem que o governo, desta vez, não conseguiria impedir o funcionamento da CPI, o que acabou se confirmando. Eles acreditam no efeito “trator” do MST, que foi flagrado utilizando uma dessas máquinas para destruir um laranjal na fazenda de uma empresa no interior de São Paulo.

Essa imagem ganhou o país e gerou reações contrárias ao movimento. Até mesmo deputados do PT concordam que o episódio foi péssimo para imagem dos sem-terra, ainda que discordem da CPI.

— Essa CPI é o sujo falando do mal lavado. Quem quer a CPI são latifundiários e grileiros de terra. E, do outro lado, um pessoal que invade fazenda e destrói inexplicavelmente plantação de laranja — disse Anselmo Jesus (PT-RO).

Mais cedo, o deputado e ruralista Homero Pereira (PR-MT), um dos vice-presidentes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), disse acreditar que o governo não teria forças para impedir a criação da CPI.

— Não há ambiente para evitar essa investigação. O MST não pode ficar impune e deixar o governo seu refém. Vamos apurar esse dinheiro, que é público.

Quem não deve, não teve — afirmou Homero Pereira.

Para o deputado Zé Geraldo (PT-PA), ligado ao movimento, o objetivo da oposição não é atingir o MST, mas o Incra.

— Reforma agrária não se faz da noite para o dia. Uma coisa é assentar no Sul, onde o agricultor está habituado com a terra e tem outra formação.

Outra coisa é no Norte, onde os assentados são pessoas que até então trabalhavam em garimpos e são analfabetos. De qualquer maneira, essa CPI, se instalada, será esvaziada — disse Zé Geraldo

SAF/MDA promove curso sobre Pronaf Sustentável – Sítio Eletrônico do MDA - 22/10/2009

Trinta técnicos de prefeituras que integram a Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, participam do curso sobre Pronaf Sustentável, na cidade de Santa Cruz do Sul (RS), de 26 a 31 de outubro, na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

A iniciativa é da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) e tem como objetivo capacitar técnicos da região, onde estão concentrados agricultores familiares fumicultores inseridos no Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com o Tabaco.

O Pronaf Sustentável tem como objetivo planejar, orientar, coordenar e monitorar a implantação dos financiamentos de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, com enfoque sistêmico, no âmbito das modalidades de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Programação

A programação do curso sobre Pronaf Sustentável vai tratar do enfoque da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no Pronaf Sustentável, da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, o Programa de Diversificação, as linhas de crédito do Pronaf, legislação ambiental, entre outros. Os técnicos da SAF/MDA nas áreas de crédito rural e assistência técnica e extensão rural farão parte da equipe de instrutores do curso.

Dos seis dias de treinamento, três serão dedicados a aulas para apresentação do aplicativo utilizado no Pronaf Sustentável, que permite o acompanhamento de forma integral das atividades na unidade de produção familiar.

Diversificação

O Programa é uma das ações implementadas pelo Governo Federal, desde 2005, e busca alternativas produtivas e geradoras de renda na fumiicultura, com foco na qualidade de vida e na sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural entre as famílias agricultoras.

O MDA é o coordenador do Programa, em parceria com organizações governamentais e sociedade civil, e apóia projetos na região Sul e no Nordeste, atendendo cerca de 20 mil famílias.

CPI para investigar repasses federais ao MST é instalada - Cristiane Agostine – Valor Econômico – Política - 22/10/2009

O Congresso criou ontem uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar o repasse de recursos federais para entidades vinculadas ao MST. O documento cita que o propósito é apurar "as causas, condições e responsabilidades relacionadas a supostos desvios e irregularidades em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras".

Estão relacionados convênios firmados pelo Incra com a Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais, o Instituto de Orientação Comunitária e Assistência Rural, o Centro de Formação e Pesquisa Contestado, a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil, convênios firmados pela Associação Nacional de Cooperação Agrícola, a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil e Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária.

O primeiro-vice presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), leu ontem o requerimento de criação da CPMI, articulado pela oposição, ruralistas e governistas, apresentado pelos deputados Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Ronaldo Caiado (DEM-TO) e pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO). É o primeiro passo para dar início às investigações. A comissão só será instalada, no entanto, se houver assinaturas suficientes de parlamentares. O prazo final para retirada de assinaturas terminou ontem à meia-noite.

O requerimento teve respaldo de 188 deputados e 35 senadores, mais do que as assinaturas obrigatórias de 177 deputados e de 27 senadores, o que significa que muitos teriam que retirar assinaturas, a pedido do governo, para a CPI não ser instalada. A

maioria é de parlamentares do PSDB, DEM e PPS. Até o fechamento desta edição, nenhum parlamentar havia retirado assinatura.

Para evitar a retirada de apoio, como na primeira tentativa de criação da CPMI do MST, no início do mês, os autores do pedido de investigação se mobilizaram. "Tivemos uma grande mobilização do agronegócio, como as federações e entidades de classe. Quem defender o MST não vai poder buscar voto junto aos produtores primários", afirmou o deputado Onyx Lorenzoni. A Frente Parlamentar da Agropecuária anunciou que divulgaria o nome de todos aqueles que retirassem a assinatura. "O MST é uma organização terrorista e na política é preciso ter lado", comentou Lorenzoni.

Ontem, governistas tentavam convencer parlamentares a retirar a assinatura, mas relataram dificuldade. Deputados e senadores argumentavam que depois da invasão do MST a uma fazenda da Cutrale, no interior de São Paulo, ficava mais difícil desarticular o apoio à CPMI. "Há mais resistência agora", comentou o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), presidente da Frente Parlamentar da Terra, ligada a ambientalistas. "O objetivo dessa CPMI é antecipar a disputa eleitoral de 2010, entre governo e oposição" analisou Dr. Rosinha. "É só para investigar o governo", reclamou o deputado Ricardo Berzoini (SP), presidente do PT.

No início de outubro, o governo pressionou parlamentares da base a retirar assinatura para impedir a comissão. Um deles foi Nelson Marquezelli (PTB-SP), que assinou novamente pela instalação da CPMI. "Antes o José Múcio (ex-ministro e então candidato a uma vaga no Tribunal de Contas da União) me pediu para retirar assinatura. Mas depois desse episódio da fazenda da Cutrale eu não retirarei", disse. "É uma afronta." Também da base aliada ao governo, o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), vice-presidente da Comissão de Agricultura disse que não cederia a pressões e defendeu a CPMI: "O MST só gera bagunça na sociedade."

Censo comprova acerto da reforma agrária - Artur Henrique – Sítio Eletrônico da Fetraf sul - 23/10/2009

Recrudescer nos últimos tempos a campanha difamatória contra o MST e a luta pela reforma agrária, que é uma bandeira também da CUT e de entidades como Contag e Fetraf. Esta semana, houve mais uma movimentação de peças por parte da ultrareacionária CNA, desta feita através de uma suposta "pesquisa" feita pelo Ibope a pedido dos latifundiários.

Embora nem sempre ande às mil maravilhas com os índices do Ibope, a Globo decidiu dar ampla divulgação para a "pesquisa" em seu Jornal Nacional. Para os incautos, o significado dos resultados foi o de que a reforma agrária, de modo geral, produz pobreza e atraso e, portanto, deve ser suspensa.

Foi de pronto classificada de ridícula pelo MST, em virtude de sua limitada área de abrangência - 1 mil famílias em apenas nove assentamentos. De fato, segundo um profissional do mercado de pesquisas de opinião, a tal pesquisa, por partir de uma

amostra intencional, ou seja, dirigida, carece de valor científico. "É como fazer pesquisa de popularidade do Lula só na porta da Volkswagen", exemplifica. A amostra do Ibope incluiu uma visita a uma comunidade conhecida como Caxangá, na região metropolitana do Recife, que nem assentamento é, e sim um ultrapassado Projeto Integrado de Colonização (PIC) criado na década de 1970 e que hoje é um apêndice da região urbana.

A fragilidade da "pesquisa" ainda se mostra através de um resumo divulgado na internet pelo próprio Ibope, o qual afirma que assentamentos visitados pertencem ao que o INCRA classificaria como de "estágio 7". O termo e a categorização simplesmente não existem, desmente o INCRA.

Se imaginarmos que só no Estado de São Paulo existem mais de 100 assentamentos, realmente surgidos da reforma agrária tal como compreendida atualmente, a visita a apenas nove assentamentos - ou melhor, oito - como universo de pesquisa faz o estudo da CNA realmente parecer ridículo.

Mais ridículo ainda em virtude do amplo Censo Agropecuário divulgado pelo IBGE dias antes e que comprova a pujança econômica e a importância social daquilo que é construído pela reforma agrária, ou seja, a propriedade rural familiar. O Censo analisou ao longo do ano de 2006 todas as propriedades rurais do Brasil, num total de 5 milhões e 200 mil, sendo que 4 milhões e 368 mil delas são propriedades familiares.

Ainda que não se saiba com exatidão quantas das propriedades familiares pesquisadas pelo Censo tenham origem em assentamentos da reforma agrária - o IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Agrário estão fazendo o cruzamento dos dados neste momento - os resultados apontam claramente qual a vocação da agricultura familiar. E essa vocação contraria as alegações levantadas pela "pesquisa" da CNA e do televisivo Ibope.

Apesar de as propriedades familiares representarem apenas 24,3% das terras dedicadas à agropecuária no Brasil, mesmo sendo 84,4% do total de unidades rurais existentes, elas produzem a maioria de muitos alimentos essenciais que chegam à mesa do brasileiro: 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 58% do leite, 59% da carne suína e 50% das aves, sem falar em 30% da carne bovina e 21% do trigo, entre outros produtos destinados ao consumo interno.

Enquanto isso, explode nas grandes propriedades o plantio de soja, que se expandiu em todo o território 88% entre 1996 e 2006. Nas propriedades familiares, segundo o Censo, são produzidos 16% da soja brasileira, ficando a cargo das grandes propriedades a imensa maioria destinada ao mercado externo. As áreas destinadas à cana-de-açúcar cresceram 33%, boa parte destinada a virar combustível.

A importância da agricultura familiar - terras que não ultrapassam quatro módulos fiscais* - no que tange a segurança alimentar do povo brasileiro já seria motivo suficiente para comprovar a importância do combate aos latifúndios e de destinar a terra a trabalhadores e trabalhadoras.

Mas não é só. Nos pequenos estabelecimentos agropecuários estão 74,4% dos trabalhadores rurais de todo o País, ou 12 milhões e 300 mil pessoas num universo de 16 milhões e 567 mil brasileiros no campo. Alternativa óbvia, portanto, à explosão demográfica dos grandes centros urbanos para a qual hoje está tão em moda propor e exigir soluções.

A CNA, através da frágil peça política que encomendou, afirma, no entanto que mais de 72% dos assentamentos não geram renda. Ora, o Censo Agropecuário do IBGE afirma que 69% das propriedades rurais familiares pesquisadas produziram receita média de R\$ 13 mil nos 12 meses do levantamento. No mesmo período, segundo o IBGE, as pequenas propriedades geraram 47,13% (R\$ 58 bilhões) da receita agrícola brasileira, apesar de, não custa repetir, ocupar apenas 24,3% das propriedades rurais do território.

Mas a CNA apela mesmo para a baixaria e demonstra todo o seu ódio aos pobres quando afirma que parcela significativa do dinheiro que circula nos assentamentos (49%) vem de programas de seguridade social. Os números não são esses. Segundo o Censo do IBGE, dos 5 milhões e 175 mil estabelecimentos pesquisados, pessoas que vivem em 2 milhões e 045 mil propriedades afirmaram ter receitas complementares à produção agrícola - e destes, 47% recebem aposentadorias e pensões e 34% são beneficiários de programas como Bolsa Família. Outros 31,6% recebem salários por atividades extras prestadas à iniciativa privada.

Previdência e programas sociais: recursos justos onde devem estar. Alavancar o consumo e produzir qualidade de vida, mesmo no seio das famílias que vivem nos centros urbanos, são desafios que passam e devem mesmo passar por programas de redistribuição de renda.

O Censo comprova que a maioria desses recursos, no universo rural, está beneficiando famílias do Nordeste, onde também a chegada da energia elétrica às propriedades cresceu 41,6% entre 1996 e 2006. Aliás, em todo o Brasil, a chegada da energia elétrica no campo cresceu 29% no período.

Não há erro nisso, ao contrário. O que falta é acelerar e aprofundar as mudanças.

Problema mesmo, apontado pelo Censo, é que a orientação técnica aos produtores ficou num péssimo patamar de apenas 22%, ainda assim na maioria das vezes para propriedades não familiares. Falha grave dos governos nas três esferas. Pior: quanto mais baixo o grau de instrução escolar do produtor, menor a assistência técnica.

O financiamento ainda era outro obstáculo grande segundo os números de 2006. 3 milhões e 63 mil propriedades abaixo de 100 hectares não obtiveram financiamento, sendo quase 30% deles por medo de contrair dívidas ou por entraves burocráticos.

O mais grave de todos os problemas foi revelado por manchetes no último dia 30 de setembro e, desta vez, infelizmente, com informações do próprio Censo: a concentração de terras aumentou no período de 10 anos.

Por tudo isso, reforma agrária já e fortalecimento da agricultura familiar, com garantia de assistência técnica e financiamento aos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Artur Henrique, presidente nacional da CUT

*módulo fiscal é uma medida que corresponde a 10 hectares em áreas próximas a grandes densidades urbanas, ou até 25 em áreas de vocação rural

Governo já tenta controlar CPI do MST – O Globo – Capa – 23/10/2009

Derrotado ao tentar barrar a criação da CPI do MST, o governo arma uma contraofensiva para controlar a comissão, com a presidência e a relatoria. O TCU confirmou a condenação da Anca, ligada ao MST, a devolver R\$ 1 milhão aos cofres públicos, mais multa de R\$ 50 mil, por mau uso de verbas da educação.

O trator governista na CPI do MST – Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 23/10/2009

Com maioria folgada, governo quer ter os cargos-chave para controlar investigação

Derrotado na tentativa de impedir a instalação da CPI do MST, o governo agora prepara uma contraofensiva para assegurar o controle sobre a comissão e reduzir o seu potencial de produzir desgaste político às vésperas da eleição presidencial de 2010. Ontem, líderes aliados deixaram claro que não pretendem abrir mão dos cargos de presidente e relator, que devem ficar a cargo de parlamentares fiéis ao Palácio do Planalto. O objetivo é repetir a estratégia adotada na CPI da Petrobras, onde a divisão dos postos-chave entre PT e PMDB tem permitido ao governo barrar requerimentos incômodos e ditar o ritmo dos trabalhos.

A oposição promete pressionar para ter ao menos um dos cargos.

Os aliados terão ampla maioria na nova CPI, segundo a divisão de vagas anunciada ontem pelas Mesas Diretoras da Câmara e do Senado. Das 36 cadeiras, 23 devem ser destinadas a parlamentares fiéis ao governo, e outras 13 ficarão com deputados e senadores de oposição ou que apoiaram a instalação da CPI. A divisão é proporcional ao tamanho das bancadas. Apesar da folga, o governo promete jogar duro e já ameaça ampliar o leque de investigações para repasses de verbas a entidades patronais como a Confederação Nacional da Agricultura, presidida pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

O líder do PT na Câmara, deputado Candido Vaccarezza (SP), avisou que o governo não abrirá mão de comandar a presidência e a relatoria da CPI.

Ele ironizou a pressão dos opositores para obter uma cadeira, como em 2007 na CPI do Cartão Corporativo, e defendeu a investigação de repasses a entidades como a CNA.

— O DEM e o PSDB podem ter espaço na Mesa. Se eles quiserem a vicepresidência, não vejo qualquer problema — ironizou o petista. — Não vamos permitir que a oposição use a CPI para criminalizar o MST.

Se o objetivo é investigar o repasse de verbas para a reforma agrária, entidades que são contra também devem ser investigadas

“É chantagem para intimidar a oposição

Kátia Abreu acusou os governistas de tentar constranger a oposição e endureceu nas críticas. Ela reagiu à ameaça de investigar as entidades patronais e disse que, nesse caso, cobrará o mesmo tratamento a cooperativas filiadas a centrais sindicais que apoiam o governo, como a CUT.

— Isso é chantagem barata para tentar intimidar a oposição. Vamos investigar bandidos, gente que desvia dinheiro público. Se é assim, também vamos querer investigar CUT e Contag.

O líder do DEM na Câmara, Ronaldo Caiado (GO), também criticou a intenção do governo de indicar os ocupantes dos principais cargos da CPI: — Assim fica impossível investigar.

Se eles controlarem a presidência e a relatoria, a CPI não anda.

Dr. Rosinha (PT-PR), que comandara o esforço frustrado para impedir a criação da CPI, disse que lutará contra acordos com oposicionistas: — O regimento interno tem que ser seguido: os cargos cabem aos dois maiores partidos, PMDB e PT.

Na composição da CPI, a vantagem do governo será maior na Câmara: dos 18 deputados, 13 devem defender o MST. O cálculo inclui a vaga do PSOL, que faz oposição ao governo, mas empunha a bandeira dos sem-terra.

No Senado, a relação tende a ser mais equilibrada: 10 a 8 para a maioria governista. É esperada a indicação dos senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Mão Santa (PSC-PI), que integram partidos aliados, mas apoiaram a CPI.

Entre os governistas, o temor é que parte da bancada do PMDB também atue contra o MST. O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), prometeu não retardar a instalação da CPI.

Ontem, intelectuais brasileiros e estrangeiros divulgaram manifesto contra a criação da CPI. Eles acusam os ruralistas de tentar criminalizar os sem-terra e pedem protestos em todo o país contra a CPI. Assinam o documento mais de 60 intelectuais, entre eles Emir Sader, Leandro Konder, Luis Fernando Verissimo, Eduardo Galeano, Istvan Mészáros e Michel Lowy.

A propósito dos objetivos do MST - Marcello Averbug – O Globo – Opinião – 23/10/2009

Um dos temas que, em meados do século XX, mais empolgavam o debate político, econômico e social brasileiro era o da reforma agrária.

E não é surpreendente que assim fosse: abrigando em 1950 e 1960, respectivamente, 63,8% e 54,9% da população, a área rural era palco de dramáticos índices de pobreza e de desperdício dos fatores de produção terra e mão de obra.

Mas, lamentavelmente, a reforma agrária não aconteceu. Em seu lugar ocorreu um longo, sofrido e desequilibrado processo evolutivo do cenário rural que culminou, na década de 90, com uma verdadeira revolução capitalista no campo. Hoje, embora os contrastes sociais não tenham desaparecido, vários segmentos do setor primário exibem elevados níveis de produtividade. Ademais, a população rural representa agora apenas em torno de 18,5% da total.

Assim, a temática da posse da terra deixou de ser um ponto crucial do desenvolvimento do setor agropecuário e de melhoria no padrão de vida nele prevalecente. Levando em conta essa evolução, torna-se injustificável a existência e o

comportamento do Movimento dos Sem Terra, visto que o teor declarado, mas talvez não verdadeiro, de suas reivindicações está ultrapassado.

Mesmo sem analisar os aspectos violentos, ilegais e suspeitos das atitudes do MST, seu próprio pretexto de existência é débil e incompatível com a realidade brasileira de hoje. Por outro lado, existem evidências de que a maioria de seus participantes nem é de agricultores.

Entrincheirado na premissa de que a solução para a pobreza rural encontra-se em dar terra a quem não tem, o MST insiste no slogan “um pé de chão para cada peão”. Além de irrealista, esse propósito é descabido.

As agruras do peão não decorrem necessariamente da falta de terra própria, mas sim da falta de uma fonte segura de rendimento que lhe garanta qualidade digna de vida. Essa fonte tanto pode ser asua propriedade, quanto o trabalho regulamentado e bem remunerado em estabelecimento de terceiros.

O setor agropecuário dispõe de potencial para proporcionar aos seus trabalhadores um nível de renda superior ao atual. No entanto, o MST ignora a batalha para o alcance desse potencial, concentrando-se, pelo menos na aparência, na questão da posse. Se todo camponês possuir seu pedaço de terra, quem trabalhará como assalariado nas propriedades maiores? Ou será que alguém sonha transformar a paisagem agrária brasileira em um vasto conjunto de minifúndios? O esforço de maximizar o assentamento de agricultores desprovidos dos meios adequados de sustento e que desejam seu pé de chão deve ser mantido, mas não como solução universal.

Opor-se ao MST apenas por considerá-lo baderneiro constitui uma forma equivocada de interpretar o fenômeno. O fundamental é apontar o teor anacrônico de sua suposta finalidade.

No entanto, a maioria dos políticos e das autoridades em geral limita-se apenas a criticar os atos delinquentes por ele praticados.

No caso do presidente Lula, quando ocorrem diabruras exageradas, tais como invasão de fazendas produtivas e edifícios públicos, seu governo limita-se a dar um puxão de orelha nos dirigentes do movimento quando, de fato, deveria cortar de vez suas asas.

O perigo dessa omissão consiste em transformar o MST em um foco crescente de intranquilidade, debilitando o ritmo de modernização da atividade agropecuária e o avanço das autênticas conquistas do trabalhador rural. Na verdade, o fundamental seria instituir o Movimento dos Sem Renda, destinado a reivindicar políticas redistributivistas direcionadas para toda a população do país.

MARCELLO AVERBUG é consultor em Washington e ex-economista do BNDES e BID.

Índice de produtividade terá solução técnica, diz Dilma - Vandson Lima – Valor Econômico – Política - 26/10/2009

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, disse que a decisão sobre o ajuste do Índice de Produtividade Rural será de ordem técnica, com base em um estudo encomendado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Foi esta a saída da ministra para não assumir posição no confronto entre as duas pastas que se enfrentam no governo - a do Desenvolvimento Agrário e a da Agricultura, onde estão abrigados os interesses de pequenos produtores e sem-terra, de um lado, e ruralistas, de outro.

A ministra participou ontem do 2º colóquio do PT com movimentos sociais, que ocorreu este domingo, em São Paulo. O evento reuniu durante dois dias 49 entidades sociais e movimentos de reivindicação, como o Movimento dos Sem-Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), junto a lideranças petistas que ocupam funções no governo federal.

A pressão quanto à revisão do índice se dá por parte dos movimentos sociais, já que os números hoje empregados estão em vigor desde 1975 e não levam em conta as técnicas modernas de produção atuais. Enfrentam os ruralistas, bancada organizada no Congresso Nacional e liderada, em grande parte, pelo PMDB da base governista com quem Dilma acaba de fechar um acordo pré-eleitoral.

No sábado, a mesa de discussões foi tensa. João Paulo Rodrigues, membro da Direção Nacional do MST acusou o governo de falta de vontade política em realizar a reforma agrária: "Não haverá uma oportunidade como a que tivemos com Lula de realizarmos a reforma agrária. A chance passou, Lula não fez e os movimentos sociais se tornaram secundários em seu governo". Gilberto Carvalho, chefe do gabinete pessoal da Presidência, rebateu: "O governo tem suas limitações, da conjuntura política, das questões orçamentárias. Temos um diálogo permanente com os movimentos sociais e este evento é prova disso".

Gilberto comentou ainda a instalação da CPI do MST: "O episódio da invasão da fazenda da Cutrale fez com que houvesse uma rearticulação dos setores ruralistas para criar a CPI. Não foi possível evitá-la".

Ao deixar o auditório onde aconteceu o evento, o chefe do gabinete pessoal de Lula era aguardado pelo vereador paulistano Gabriel Chalita, recém ingresso no PSB e, a exemplo de Carvalho, interlocutor da Igreja Católica.

No segundo dia do colóquio, que contou com a presença de Luiz Dulci, ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Ricardo Berzoini, presidente nacional do PT, além de Dilma, a agenda política e social do partido e o programa a ser formado para 2010 ditaram a pauta. O evento era fechado para militantes petistas, e a ministra falou com a imprensa, durante cerca de 30 minutos, depois das discussões.

Dilma desmentiu qualquer articulação para antecipar sua saída do governo, visando se dedicar à campanha eleitoral de 2010. Destacou as ações do governo que visam a contemplar os sem-terra, enumerando que, de 2003 a 2008, foram desapropriados 43 milhões de hectares improdutivos, além da criação de programas como o Luz para Todos, que leva energia elétrica para os assentados.

Questionada sobre o caráter eleitoreiro da vistoria de obras pertencentes ao programa de aceleração do crescimento (PAC) em companhia do presidente Lula, Dilma disse: "Participei diretamente da elaboração dos projetos. Assim como eu coordenei as questões relativas ao Pré-Sal. Isso até parece uma questão meio machista, por que então quer dizer que posso preparar, cozinhar o projeto, mas na hora de servir na sala não posso estar lá?"

Sobre sua proximidade com movimentos sociais presentes ao evento, Dilma admitiu não ter identificação com nenhum movimento em específico: "Não integro nenhum desses movimentos. Não vou dizer que tenho relações que não tenho porque isso é usar os movimentos para se promover. Sou [parte do] governo".

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio

